

Relatório de Gestão 2015

TRANSTEJO - Transportes Tejo, S.A.

Índice

Índice

NOTA DE ABERTURA **7**

1. Apresentação e enquadramento **10**

1.1. Síntese histórica 10

1.2. Missão, Visão e Valores 11

1.3. Empresas do Grupo Transtejo 13

2. Factos relevantes ocorridos em 2015 ..... **14**

3. Estrutura Organizacional **17**

4. Atividade **18**

4.1. Atividade Comercial 18

4.1.1. Atividade desenvolvida 18
4.1.2. Procura 18
4.1.3. Receita Tarifária 20
4.1.4. Receita não tarifária 21
4.1.5. Combate à fraude 22

4.2. Oferta 23

4.3. Reclamações 24

4.4. Frota 25

4.5. Transporte de Veículos 25

4.6. Segurança de Exploração (Safety) 26

5. Gestão Corporativa **27**

5.1. Segurança (Security) 27

5.1.1. Higiene e Segurança no Trabalho 27
5.1.2. Sinistralidade 27

5.2. Gestão Ambiental 28

5.3. Relações Internacionais 29

5.4. Auditoria Interna e Gestão de Risco 29

5.5. Sistemas de Informação 30

5.6. Comunicação e Marketing 31

5.7. Gestão das Infraestruturas 32

6. Recursos Humanos **33**

6.1. Gestão do Efetivo 33

6.2. Princípio de Igualdade do Género 35
6.3. Política Salarial 36
6.4. Formação 37
6.5. Indicadores de Prestação de Trabalho 38
6.5.1. Horário de Trabalho 38
6.5.2. Taxa de Absentismo 38
6.5.3. Horas Trabalhadas 39
7. Situação Económica e Financeira 40
7.1. Fluxos Financeiros 40
7.2. Investimento realizado 42
7.3. Estrutura Patrimonial 42
7.3.1. Contas Consolidadas 42
7.4. Gestão do Risco Financeiro 44
7.5. Resultados Globais 45
7.5.1. Contas Consolidadas 45
7.6. Produtividade 51
8. Governo Societário 53
9. Cumprimento das Orientações Legais 54
10. Notas Finais 75
10.1. Agradecimentos 75
10.2. Proposta de aplicação de Resultados 75
11. Declaração de Cumprimento 76

Apêndice I - Contas Individuais 2015 - Demonstrações Financeiras & Anexo
Apêndice II - Contas Consolidadas 2015 - Demonstrações Financeiras & Anexo

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Procura por ligação fluvial (2015) 20
Gráfico 2 - Receitas Acumuladas (2015) 21
Gráfico 3 - Causas da supressão de viagens em 2015 e 2014 23
Gráfico 4 - Taxa de Ocupação por Ligação Fluvial - 2015 24
Gráfico 5 - Evolução do número de veículos transportados 2013-2015 26
Gráfico 6 - Evolução do número de efetivos a 31 de dezembro (2013-2015) 34
Gráfico 7 - Distribuição do efetivo a 31.12.2015 por faixa etária e área de atividade 35
Gráfico 8 - Distribuição de efetivos a 31.12.2015 por regime de horário de trabalho 38
Gráfico 9 - Causas do absentismo - 2015 39
Gráfico 10 - Evolução dos Juros Suportados 2011-2015 44
Gráfico 11 - Evolução dos Rendimentos Operacionais (10^3 €) 46
Gráfico 12 - Contas Consolidadas - Estrutura de Gastos 2015 47
Gráfico 13 - Contas Consolidadas - Estrutura de FSE 2015 49
Gráfico 14 - Distribuição dos Gastos de Manutenção da Frota no Grupo - 2015 49
Gráfico 15 - Evolução dos Gastos Totais (10^3 €) 51

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Passageiros Transportados (2013-2015) 19
Tabela 2 - Passageiros e Passageiros km transportados (2013-2015) 19
Tabela 3 - Receitas tarifárias por título de transporte (2015) 21
Tabela 4 - Indicadores de Oferta (2013-2015) 23
Tabela 5 - Motivos das reclamações 24
Tabela 6 - Indicadores de Sinistralidade (2013-2015) 28
Tabela 7 - Gestão do Efetivo (2013-2015) 33
Tabela 8 - Efetivos do Grupo a 31/12/2015 por área de atividade, género e faixa etária) 34
Tabela 9 - Reduções remuneratórias (2014-2015) 36
Tabela 10 - Gastos com Pessoal e Massa Salarial (2013-2015) 37
Tabela 11 - Horas de formação (2013-2015) 37
Tabela 12 - Evolução da Taxa de Absentismo (2013-2015) 38
Tabela 13 - Horas Trabalhadas (2013-2015) 39
Tabela 14 - Variação de caixa e seus equivalentes 41
Tabela 15 - Detalhe do Investimento Realizado - Contas Consolidadas 42
Tabela 16 - Variação do Património do Grupo Transtejo - Contas Consolidadas 42
Tabela 17 - Stock da Dívida - Evolução 44
Tabela 18 - Resultados 45
Tabela 19 - Contas Consolidadas - Evolução dos Rendimentos Operacionais (10^3 €) 47
Tabela 20 - Contas Consolidadas - Síntese de Gastos (10^3 €) 48
Tabela 21 - Contas Consolidadas - Gastos com Pessoal (10^3 €) 50
Tabela 22 - Plano de Redução dos Gastos (10^3 €) 51
Tabela 23 - Evolução da Produtividade 51
Tabela 24 - Grelha-resumo das boas práticas de governação 53
Tabela 25 - Indicadores de Acompanhamento 2015 54
Tabela 26 - Encargos Financeiros (2011-2015) 55
Tabela 27 - Passivo Remunerado 2013-2015 55
Tabela 28 - PMP 2014-2015 56
Tabela 29 - Remunerações da Mesa da Assembleia Geral (até 7 de julho) 57
Tabela 30 - Remunerações da Mesa da Assembleia Geral (após 8 de julho) 58
Tabela 31 - Identificação dos Membros do Conselho de Administração (até 7 de janeiro) 58
Tabela 32 - Acumulação de funções dos Membros do Conselho de Administração (até 7 de janeiro) 58

Tabela 33 - Estatuto do Gestor Público (até 7 de janeiro) 59
Tabela 34 - Remuneração Anual (até 7 de janeiro) 59
Tabela 35 - Benefícios Sociais (até 7 de janeiro) 59
Tabela 36 - Gastos com Comunicações Móveis (até 7 de janeiro) 59
Tabela 37 - Encargos com Viaturas (até 7 de janeiro) 60
Tabela 38 - Gastos anuais associados a viaturas (até 7 de janeiro) 60
Tabela 39 - Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (até 7 de janeiro) 60
Tabela 40 - Identificação dos Membros do Conselho de Administração (após 8 de janeiro) 60
Tabela 41 - Acumulação de funções dos Membros do Conselho de Administração (após 8 de janeiro) 61
Tabela 42 - Estatuto do Gestor Público (após 8 de janeiro) 62
Tabela 43 - Remuneração Anual (após 8 de janeiro) 62
Tabela 44 - Benefícios Sociais (após 8 de janeiro) 62
Tabela 45 - Gastos com Comunicações Móveis (após 8 de janeiro) 63
Tabela 46 - Encargos com Viaturas (após 8 de janeiro) 63
Tabela 47 - Gastos anuais associados a viaturas (após 8 de janeiro) 63
Tabela 48 - Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (após 8 de janeiro) 64
Tabela 49 - Identificação e Estatuto Remuneratório dos Membros do Conselho Fiscal (até 7 de julho) 64
Tabela 50 - Identificação e Estatuto Remuneratório dos Membros do Conselho Fiscal (após 8 de julho) 64
Tabela 51 - Remuneração Anual dos Membros do Conselho Fiscal 65
Tabela 52 - Identificação do ROC 65
Tabela 53 - Remuneração do ROC 65
Tabela 54 - Identificação e Remuneração Anual do Auditor Externo 65
Tabela 55 - Remunerações ao Pessoal (sem Órgãos Sociais) e reduções remuneratórias 2010-2015 66
Tabela 56 - Indicadores da Frota Automóvel - 2015 67
Tabela 57 - Avaliação cumprimento PRC - 2015 68
Tabela 58 - Controlo do número de Efetivos e Cargos Dirigentes - 2015 68
Tabela 59 - Cumprimento Princípio UTE 69
Tabela 60 - Validação do cumprimento de divulgações no Site do SEE 73

NOTA DE ABERTURA

Prestação de contas do Exercício de 2015 - Enquadramento e reapreciação em 2019

O presente documento constitui uma **nova versão do Relatório de Gestão de 2015 da Transtejo - Transportes Tejo, S.A.**, através do qual se procede à reapreciação das contas individuais e consolidadas da referida Sociedade, face ao processo preparado e aprovado pelo Conselho de Administração em 09 de novembro de 2017 (2017A03009058).

No âmbito do referido processo, o Órgão de Gestão em funções à data, tomou conhecimento da expressão de Escusa de Opinião, emitida (I) na Certificação Legal das Contas individuais e na Certificação Legal das Contas Consolidadas, apresentada pelo Revisor Oficial de Contas da Sociedade (Vitor Martins & Ahmad, SRCO, Lda); (II) no Relatório de Auditoria Externa sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, emitido pela Deloitte & Associados, SROC S.A. nos termos requeridos pelo artigo 245º, nº 1 al. b) do código dos valores mobiliários, (III) no Relatório Anual e Parecer sobre o Relatório e Contas Individuais e Consolidadas, emitido pelo Conselho Fiscal - Todos estes documentos, apresentados em fevereiro de 2018.

As bases para apresentação de Escusa de Opinião pelos referidos órgãos de fiscalização e auditores externos assentaram na manifesta impossibilidade de aferir, à data da emissão dos documentos de certificação, quanto aos eventuais efeitos, nas contas individuais e consolidadas do exercício de 2015, decorrentes da persistência da não realização da Assembleia Geral, com vista à sua aprovação pelo Acionista Estado, das contas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014. Não obstante, a aplicação dos resultados relativos àqueles exercícios vinha sendo sucessivamente registada, com base nos relatórios de gestão anuais, preparados pelo Conselho de Administração.

O facto persistente supra referido, revestia-se de criticidade pela classificação da Transtejo como Entidade de Interesse Público (nos termos do artigo 3º da Lei nº 148/2015 de 09 de setembro, que aprova o Regime Jurídico de Supervisão e Auditoria), pelo facto de dispor até fevereiro de 2017 de títulos cotados em mercado regulamentado e ser detida a 100% pelo Estado. Por ser determinante para a conclusão do processo de aprovação de contas de 2015, foram efetuadas diversas diligencias junto do titular da função acionista, Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

Em 24 de maio de 2018 ocorreu a Assembleia-Geral da Transtejo - Transportes Tejo, S.A, na qual foi deliberada a aprovação dos Relatórios de Gestão e Contas individuais e consolidadas dos exercícios 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, assim como as sucessivas propostas de aplicação de resultados de cada exercício. A conclusão deste processo, sem qualquer implicação ou facto modificativo nas contas do período de 2010 a 2014, constituiu um passo significativo no processo de aprovação das contas do exercício de 2015. Porém, face ao tempo entretanto decorrido, foi necessário proceder à reapreciação das contas deste exercício e obter novos documentos de certificação legal de contas, com evidência do levantamento de escusa de opinião anteriormente apresentada, tendo implicado que o âmbito da abordagem incidisse sobre os desenvolvimentos subsequentes até à presente data.

Identificação do Órgão de Gestão

Considerando os factos anteriormente expostos, o processo de prestação de contas referente ao exercício de 2015, apresenta um enquadramento pouco comum, no que respeita à sucessão de titulares do Órgão de Gestão.

Para efeitos de enquadramento, identificam-se os sucessivos Conselhos de Administração envolvidos neste processo, de acordo com os períodos de vigência dos respetivos mandatos:

Conselho de Administração que acompanhou o desenvolvimento da atividade da empresa ao longo do exercício de 2015[1]:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - Nomeação 08-01-2015	
Presidente	Rui Lopes Loureiro
Vogal	Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas
Vogal	Tiago Alexandre Carvalho dos Santos
Vogal	Maria Manuela Bruno de Figueiredo
Vogal	José Rui Roque

O Conselho de Administração nomeado em 08-01-2015 tinha como missão dar seguimento ao projeto de gestão conjunta das empresas de Transportes de Lisboa, enquadrado pela nomeação de um Conselho de Administração único e comum às empresas Metropolitano de Lisboa, EPE, Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A., Transtejo - Transportes Tejo, S.A. e Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A. (Conforme determinado pelo Decreto-Lei nº 161/2014 de 29 de outubro e dando seguimento ao Plano Estratégico dos Transportes, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 45/2011 de 10 de novembro).

Na sequência do novo enquadramento governativo, decorrente do programa do XXI Governo Constitucional para o mandato 2016-2019, destacou-se o desenvolvimento de uma nova política de transportes, tendo como principal consequência a necessidade de estabelecer a inversão das anteriores políticas económicas e sociais e o desenvolvimento, pelo novo executivo, de um conjunto de medidas de relançamento da economia portuguesa. Deste facto, e considerando de um modo particular a definição de um novo modelo de Gestão para o setor dos transportes públicos coletivos, foi apresentado novo enquadramento ministerial do setor com inclusão, sob a tutela do Ministério do Ambiente, da responsabilidade pelas políticas de transportes urbanos e habitação.

No âmbito da Lei Orgânica deste Governo, publicada pelo Decreto-Lei n.º 251-A, de 17 de dezembro de 2015, foi determinada a transição da tutela operacional do setor dos transportes do Ministério da Economia para o Ministério do Ambiente, medida que visou assegurar um dos grandes objetivos do programa, a "descarbonização da economia", pela via do desenvolvimento de um sistema de mobilidade sustentável, reforçando as competências das autarquias locais na área dos transportes, implicando como medida prioritária a reversão dos processos de subconcessão que se encontravam projetados para o exercício de 2015.

[1] RCM – Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2015, 14 janeiro

O desenvolvimento da nova política de transportes ditou ainda a necessidade de nomear uma nova equipa para o Conselho de Administração das empresas de transportes de Lisboa, alinhada com os princípios de Gestão definidos pelo Ministério do Ambiente.

Conselho de Administração nomeado para o mandato 2016-2018[2]:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - Nomeação 07-01-2016	
Presidente	Tiago Alexandre Abranches Teixeira Lopes Farias
Vogal	Luís Carlos Antunes Barroso
Vogal	José Realinho de Matos
Vogal	Maria Helena Arranhado Carrasco Campos
Vogal	António Manuel Domingues Pires

Posteriormente, a Lei nº 22/2016 de 04 de agosto, veio estabelecer a autonomia jurídica do Metropolitano de Lisboa, EPE, da Companhia Carris de Ferro, S.A., da Transtejo - Transportes Tejo, S.A. e da Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A., com efeitos a partir de 01-01-2017, revogando os Decretos-Lei nº98/2012 e 161/2017, de 03 de maio e 29 de outubro respetivamente.

Neste sentido, através da Deliberação Social Unânime por Escrito, de 30 de dezembro de 2016, o acionista Estado designou um novo Conselho de Administração para a Transtejo - Transportes Tejo, S.A. e para a sua participada Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A. em acumulação de funções.

Conselho de Administração nomeado para o mandato 2017-2019:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - Nomeação 30-12-2016	
Presidente	Marina João da Fonseca Lopes Ferreira
Vogal	Sara Maria Murta Ribeiro
Vogal	José Osvaldo do Carmo Batista Bagarrão (a)
Vogal	Luís Filipe Dias Carvalho Maia (b)

(a) Cessou funções em 14 de dezembro de 2018

(b) Nomeado em 01 de fevereiro de 2019

Considerando que o atraso no processo de aprovação das contas de 2015 não permitiu que esta formalidade fosse cumprida durante a vigência dos mandatos anteriores, os documentos de prestação de contas, assim como este Relatório, serão ratificados pelos elementos do Conselho de Administração em funções, acima identificados.

[2] RCM – Resolução do Conselho de Ministros n.º 1-A/2016, de 7 de janeiro.

1. Apresentação e enquadramento

1.1. Síntese histórica

A sociedade Transtejo – Transportes Tejo, S.A. foi constituída em 17 de dezembro de 1975[3], sob a forma originária de empresa pública, na sequência da nacionalização de cinco operadores privados[4] de transporte fluvial no rio Tejo, como medida de reestruturação e coordenação da atividade dos operadores fluviais do Tejo, assegurando o seu regular funcionamento.

A atividade de transporte fluvial de passageiros no rio Tejo, com carácter de regularidade, destina-se a fazer face à necessidade coletiva essencial de mobilidade entre as duas margens do rio, havendo, nesta medida, que acautelar a satisfação das necessidades da população.

Em 1977 desencadeou-se o primeiro processo de modernização da frota de navios, através da encomenda de construção de 12 Cacilheiros e de um conjunto de obras de expansão e melhoramento das infraestruturas dos portos e terminais, designadamente a construção do terminal do Terreiro do Paço, para as ligações ao Montijo e ao Seixal, e a construção de um terminal em Cacilhas, para passageiros.

Em 21 de julho de 1992, através do Decreto-Lei n.º 150/92 a Transtejo foi transformada em sociedade anónima, mantendo o capital integralmente detido pelo Estado. Nos termos dos estatutos aprovados pelo referido diploma, o seu objeto consubstancia-se na "exploração de transportes fluviais de passageiros, podendo, acessoriamente, explorar os serviços e efetuar as operações civis e comerciais, industriais e financeiras relacionadas, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, com aquele objeto ou que sejam suscetíveis de facilitar ou favorecer a sua realização."

Em 1993 foi constituída a Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes SA, a partir do setor fluvial da CP - Caminhos de Ferro Portugueses, E.P., projeto subjacente à intenção governamental de individualizar a exploração da travessia fluvial Lisboa – Terreiro do Paço/Barreiro, integrada na rede ferroviária a Norte e a Sul do estuário do Tejo. Em 2001, a Transtejo adquiriu a totalidade do capital social da Soflusa, passando a explorar todas as carreiras fluviais no rio Tejo.

[3] Através do Decreto-Lei n.º 701-D/75 de 17 de dezembro

[4] Sociedade Marítima de Transportes, Lda. / Empresa de Transportes Tejo, Lda. / Sociedade de Motonaves, Lda. / Jerónimo Rodrigues Durão, Herd., Lda. / Damásio, Vasquez & Santos, Lda



No final de 2015, o Grupo Transtejo operava cinco (5) ligações fluviais (Montijo – Cais do Sodré, Barreiro – Terreiro do Paço, Seixal – Cais do Sodré, Cacilhas – Cais do Sodré e Trafaria – Porto Brandão – Belém), servidas por navios de passageiros e mistos, de tipo catamarã ou convencional, gerindo 6 terminais e 3 estações fluviais.

Em complemento da atividade de prestação de serviços de transporte fluvial de passageiros, o Grupo Transtejo desenvolve um conjunto de atividades acessórias, contemplando a cedência de espaços para exploração comercial por terceiros (espaços publicitários, espaços comerciais e parques de estacionamento), procurando oferecer aos seus clientes serviços adicionais.

1.2. Missão, Visão e Valores

Considerando a participação total da Transtejo no Capital Social da Soflusa e o projeto de Gestão conjunta das duas sociedades, implementado desde 2002, destaca-se o alinhamento de objetivos e o esforço de aproximação de um padrão de valores organizacionais, sob a mesma visão do negócio, subjacente ao cumprimento de uma Missão que decorre das atividades económicas desenvolvidas, com características e especificidades muito semelhantes, tendo em comum o foco na prestação de um serviço de transporte fluvial de passageiros, integrado num projeto de mobilidade entre as duas margens do rio Tejo.

Missão

O Grupo Transtejo tem como missão a prestação do serviço de transporte público fluvial de passageiros e veículos com padrões elevados de qualidade e segurança, seguindo critérios de sustentabilidade económico-financeira, social e ambiental.

Visão

Promover a mobilidade sustentável, seguindo uma estratégia integrada de transportes para a Área Metropolitana de Lisboa e ser reconhecido pelo seu bom desempenho em termos de conforto, economia de tempo e qualidade do serviço proporcionado aos seus clientes.

Valores

Os valores de natureza ética que regem a atuação do Grupo Transtejo e dos seus colaboradores são, entre outros, os seguintes:

- Respeito pelos direitos das pessoas, pelos princípios da não discriminação, da igualdade de oportunidades e do cumprimento da legislação;
- Proteção do ambiente e promoção da segurança de pessoas e bens;
- Integridade e ética na relação com clientes e fornecedores;
- Melhoria constante do serviço;
- Eficiência nos custos e investimentos para reduzir/conter o esforço financeiro do Estado.

A necessidade de observância e respeito por valores de natureza ética que regem a atuação do Grupo Transtejo e dos seus colaboradores encontra-se enquadrada no Código de Ética, publicado em 2008, documento que reforça o foco na adoção de padrões de conduta, tendo por base princípios de crescimento sustentável, regras de rigor e transparência. Nos termos previstos no artigo 47.º do Decreto-Lei nº 133/2013 de 3 de outubro, o código de ética do Grupo Transtejo encontra-se disponível para consulta nos sites da DGTF e da Transtejo (www.transtejo.pt).

Com o objetivo de melhorar continuamente o serviço de transporte público fluvial e a mobilidade na área metropolitana de Lisboa, mais especificamente entre as margens do rio Tejo, o Grupo Transtejo criou a Carta do Cliente, documento que procura fortalecer a relação entre as empresas do grupo e os seus Clientes, estabelecendo os seguintes compromissos para com o cliente:

- Fornecer um serviço com qualidade, fiável e adequado às expectativas e necessidades dos clientes;
- Reforçar a articulação intermodal;
- Definir horários ajustados e adaptados às necessidades dos clientes;
- Garantir a segurança e proteção dos passageiros;
- Contribuir para a facilitação do quotidiano do cliente;
- Manter canais abertos de comunicação com o cliente, fornecendo a informação e o apoio necessários de forma clara e correta;
- Manter a frota e os terminais fluviais em bom estado de conservação e limpeza;
- Assegurar a qualidade dos Recursos Humanos da Empresa;
- Melhorar o desempenho energético e ambiental das embarcações e terminais, contribuindo para um consumo eficiente dos recursos naturais e para a proteção do rio;
- Atender às reclamações e sugestões dos clientes, utilizando a informação obtida para aperfeiçoamento do serviço;
- Respeitar os direitos humanos agindo com ética, profissionalismo, respeito, honestidade e empatia.

Por outro lado, o mesmo documento procura suscitar as seguintes responsabilidades do Cliente:

- Ser portador de título válido na sala de embarque e no navio (Lei n.º 28/2006, de 4 Julho);
- Respeitar e estimar o bem comum que é o património público, evitando sujar e danificar durante a sua utilização;
- Não fumar dentro do terminal e no navio (Lei n.º 37/2007);

- Respeitar os direitos dos outros clientes e dos colaboradores do Grupo Transtejo, agindo de forma cívica, respeitadora e conscienciosa;
- Respeitar os avisos de segurança e as normas de transporte de animais e de objetos;
- Colaborar com os clientes prioritários e de mobilidade reduzida, sempre que necessário;
- Alertar os colaboradores para a existência de alguma situação anómala ou perigosa;
- Proteger o Tejo e a sua biodiversidade, não poluindo o rio.

A integração do Grupo Transtejo no projeto de gestão conjunta dos operadores de transportes de Lisboa, a par da Companhia Carris de Ferro, S.A. (Carris) e do Metropolitano de Lisboa, EPE (ML), pretendia contribuir para a implementação e desenvolvimento de um novo e dinâmico modelo empresarial, com foco na melhoria da intermodalidade, eficiência e aumento da qualidade dos serviços prestados.

1.3. Empresas do Grupo Transtejo

Diagrama de participações do Grupo Transtejo em 31 de dezembro de 2015:



No final de 2015, o Grupo TRANSTEJO era formado pela TRANSTEJO - Transportes Tejo, S.A. e pela SOFLUSA - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A., detida a 100% por aquela.

A OTLIS - Operadores de Transportes da Região de Lisboa (Agrupamento Complementar de Empresas) tem como objeto principal o desenvolvimento, implementação e gestão de novas tecnologias na área da bilhética sem contacto. Responsável pelo Sistema VIVA, presta serviços a mais de duas dezenas de empresas nas áreas da mobilidade e transporte. A OTLIS é detida em partes iguais pela Companhia Carris de Ferro, S.A, CP - Comboios de Portugal, E.P.E., Metropolitano de Lisboa, E.P.E., Transtejo / Soflusa, S.A., Barraqueiro Transportes, S.A., Transportes Sul do Tejo, S.A. e Rodoviária de Lisboa, S.A..

2. Factos relevantes ocorridos em 2015

O exercício de 2015 foi caracterizado pelo desafio, colocado ao Grupo Transtejo, associado à integração da Transtejo e sua participada Soflusa num novo projeto de gestão, no âmbito do desenvolvimento estratégico do Setor dos Transportes, subordinado ao objetivo de "***incremento da interoperabilidade entre os diversos modos de transporte público na área metropolitana de Lisboa, aliado ao foco de racionalização de custos nas empresas do setor***".

Com efeito, considerando o regime de acumulação de funções previsto no Decreto-Lei n.º 161/2014 de 29 de outubro, foi nomeado um Conselho de Administração único e comum para as sociedades Transtejo, Soflusa, ML e Carris, com efeitos a partir de 8 de janeiro de 2015, aprovado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 1/2015 de 14 janeiro.

Como evidência da aproximação de novos desafios, assinalou-se a reformulação do Plano de Atividades e Orçamento para o exercício económico de 2015, com a consequente apresentação de um aditamento, contemplando os efeitos de um conjunto de medidas operacionais, destacando-se as que se dirigiram em particular à Transtejo e sua participada Soflusa:

- Gestão integrada dos recursos humanos da área operacional, tendo em vista a concentração da atividade operacional referente ao modo "Navio";
- Otimização da gestão conjunta da frota de navios, com efeitos na redução do número de unidades necessárias, dos gastos de manutenção, do consumo de combustível e de outros gastos diretamente associados à operação;
- Reestruturação da atividade de manutenção (frota de navios e pontões);
- Centralização das operações de controlo de tráfego;
- Reformulação de horários e revisão de escalas, visando a redução do número de tripulações necessárias para a operação.

Estas medidas constituíam fatores facilitadores da concentração empresarial, tendo em vista potenciar a já referida concretização da fusão por integração da Soflusa na Transtejo, ao longo do exercício de 2015.

Como adiante se explicará, o exercício de 2015 constituiu um marco relevante no modelo de gestão desta sociedade, salientando-se a alteração da Macroestrutura e a redistribuição física dos colaboradores do Grupo Transtejo pelos vários edifícios das Empresas integradas (Transtejo, ML e Carris), subjacentes a uma lógica de concentração por unidade orgânica.

Destaca-se ainda a formalização da transferência da sede executiva da Empresa para o edifício do ML situado na Avenida Fontes Pereira de Melo, em Lisboa.

O painel seguinte apresenta os principais indicadores de desempenho, evidenciando de forma sistematizada os resultados alcançados em 2015 nas dimensões Oferta, Procura, Qualidade do Serviço, Frota, Recursos Humanos e Resultados, contextualizados numa série histórica homóloga referente ao período 2013-2015. Nos capítulos específicos deste relatório será efetuada análise mais aprofundada sobre o desempenho no exercício.

INDICADORES DE ATIVIDADE		2015	2014	2013	Var. 2015/2014 Abs.	Var. 2015/2014 %
Indicadores de PROCURA						
PT (Passageiros Transportados)	Un.	15 583 630	15 282 618	15 218 386	301 012	2,0%
PKT (Passageiros x Km)[1]	Un.	106 702 107	106 008 727	111 155 045	693 380	0,7%
Indicadores de OFERTA						
LKO (Lugares x Km)[1]	Un.	452 597 326	451 690 284	464 179 155	907 042	0,2%
Qualidade de Serviço						
Regularidade	%	98,93%	99,25%	98,22%	-0,32 pp	-
Taxa de Ocupação	%	23,58%	23,47%	23,95%	0,11 pp	-
INDICADORES DE RH		**2015**	**2014**	**2013**	**Var. 2015/2014**	
Nº de efetivos a 31.DEZ	Un.	450	472	479	-22	-5%
Número médio de efetivos	Un.	463	475	501	-12	-3%
Massa Salarial	Milhares€	9 853	9 207	10 067	645	7%
Indemnizações por Rescisão	Milhares€	624	63	355	561	894%
ESTRUTURA ACIONISTA		**2015**	**2014**	**2013**	**Var. 2015/2014**	
Total do Capital Social	Milhares€	58 248	56 839	53 000	1 409	2%
Cap. Social detido pelo Estado	%	100	100	100	0 pp	-
SITUAÇÃO PATRIMONIAL		**2015**	**2014**	**2013**	**Var. 2015/2014**	
Ativo não corrente	Milhares€	38 820	45 262	59 921	-6 442	-14%
Ativo corrente	Milhares€	9 649	4 912	6 638	4 737	96%
Total Ativo	Milhares€	**48 469**	**50 174**	**66 559**	-1 705	-3%
Capital Próprio	Milhares€	(182 710)	(173 412)	(171 823)	-9 298	5%
Passivo	Milhares€	231 179	223 586	238 381	7 593	3%
Total Capital Próprio e Passivo	Milhares€	**48 469**	**50 174**	**66 559**	-1 705	-3%
INVESTIMENTOS	Milhares€	**2015**	**2014**	**2013**	**Var. 2015/2014**	
Renovação e Beneficiação Infraestrutura	Milhares€	-	-	-	-	-
Renovação e Beneficiação de Frota (Navios e Pontõ	Milhares€	39	392	329	-352	-90%
Outros Investimentos	Milhares€	14	88	192	-74	-84%
DESPESA DE INVESTIMENTO	Milhares€	**53**	**479**	**522**	-426	-89%
INDICADORES DE ESTRUTURA	Milhares€	**2015**	**2014**	**2013**	**Var. 2015/2014**	
Passivo Remunerado	Milhares€	193 696	181 608	173 625	12 087	7%
Autonomia Financeira %	%	-377,0%	-345,6%	-258,2%	-31,3 pp	-
Solvabilidade %	%	-79,0%	-77,6%	-72,1%	-1,5 pp	-
INDICADORES FINANCEIROS	Milhares€	**2015**	**2014**	**2013**	**Var. 2015/2014**	
Prazo médio de pagamentos (PMP)	Dias	61	78	79	-17	-22%
Volume de Negócios	Milhares€	14 771	14 821	14 773	-50	0%
EBITDA *(ajustado)*[2]	Milhares€	-6 045	877	-7 478	-6 923	-789%
Margem do EBITDA *(ajustado)*	%	-40,93%	5,92%	-50,62%	-46,85 pp	-791%
Rendimentos Operacionais[3]	Milhares€	20 590	29 567	23 493	-8 977	-30%
Gastos Operacionais *(sem indemnizações por rescisão)*	Milhares€	26 011	28 627	30 616	-2 615	-9,1%
Gastos Operacionais por Passageiro Transportado	€	1,67	1,87	2,01	-0,20	-11%
Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais	%	79,16%	103,28%	76,73%	-24,13 pp	-23%

1) Valores de 2014 reexpressos tendo em conta as distâncias das ligações consideradas em 2015, para efeitos de comparabilidade

2) Exclui Provisões e efeitos extraordinários

3) Exclui Reversões, Ajustamentos e efeitos extraordinários

4) Exclui Provisões + Ajustamentos + Amortizações

Principais destaques na evolução 2014-2015:

- Aumento da Procura (+2% de passageiros transportados);
- Ligeiro aumento da Taxa de Ocupação (+0,11pp);
- Redução de 5% do número de efetivos a 31 de dezembro;
- Aumento da Massa Salarial (7%) e das indemnizações por rescisão (+894%);
- Redução do Investimento (-89%);
- Aumento do Passivo Remunerado (+7%);
- Redução do PMP (-17 dias);
- Agravamento do EBITDA Ajustado (791%);
- Decréscimo dos Rendimentos Operacionais (-30%) e dos Gastos Operacionais (-11%);
- Agravamento da Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais (-24,13pp).

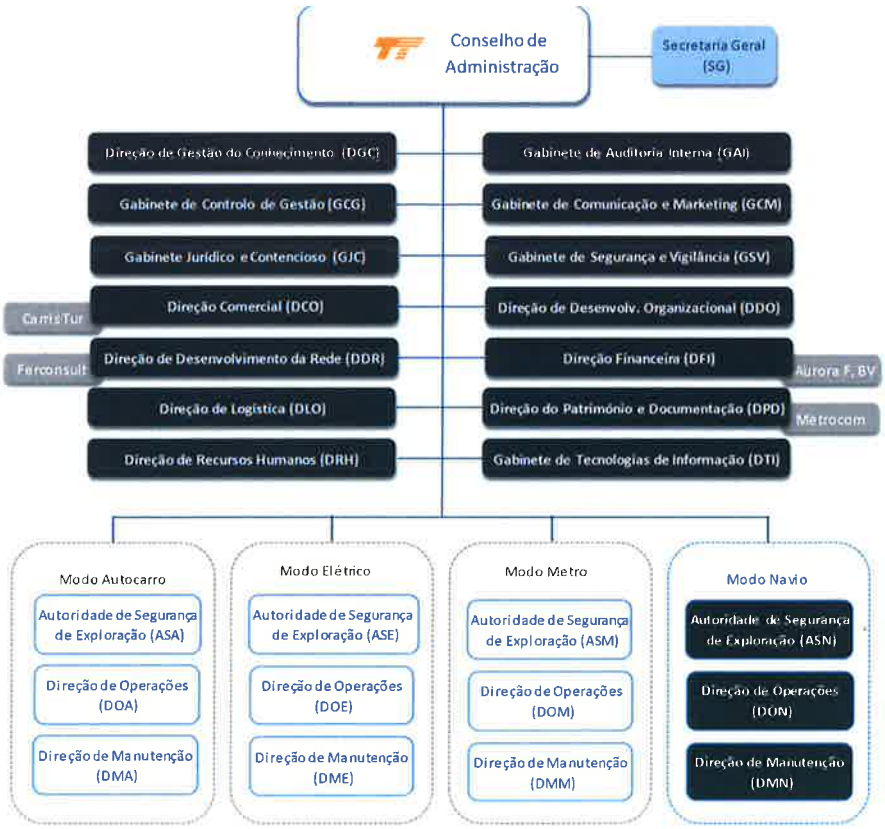


3. Estrutura Organizacional

O projeto de gestão conjunta das empresas de transportes de Lisboa pressupunha a implementação de um novo modelo organizacional, procurando maximizar sinergias, otimizar recursos e alcançar melhorias ao nível da contenção de gastos operacionais. Destaca-se, neste sentido, o projeto de gestão integrada de serviços partilhados, otimização da gestão dos recursos humanos das áreas corporativas, uniformização de procedimentos, desmaterialização de processos e melhorias ao nível dos sistemas de informação.

Considerando a nomeação de um Conselho de Administração comum às referidas empresas, foi aplicado a partir de 18 de maio de 2015 um novo Modelo Organizacional, consubstanciado num Manual de Organização que enquadrou as atribuições da nova Macroestrutura. Neste documento de enquadramento foram ainda aprovadas as dependências hierárquicas e funcionais dos novos órgãos de Direção, nomeados os seus responsáveis e aprovado o respetivo estatuto remuneratório.

Como principal característica deste novo Modelo Organizacional, comum às 4 empresas, destaca-se a concentração das áreas corporativas e de suporte, tendo os colaboradores do Grupo Transtejo sido integrados em equipas transversais numa lógica de serviços partilhados. Este modelo manteve, porém, individualizado cada um dos 4 modos de transporte (Autocarro, Elétrico, Metro e Navio), numa perspetiva de posterior subconcessão da operação, que numa primeira fase se encontrava prevista para o modo Metro e Autocarro.



4. Atividade

4.1. Atividade Comercial

A Estratégia Comercial do Grupo Transtejo em 2015 foi fortemente influenciada pela junção das diversas áreas comerciais que compõem as quatro empresas que integram o universo da Transportes de Lisboa: Transtejo, Soflusa, Metropolitano de Lisboa e Carris.

Paralelamente à mudança estrutural verificada, a estratégia comercial foi generalizada às quatro empresas, com o objetivo de consolidar a tendência de crescimento da procura verificada nos últimos anos na Transtejo, na Soflusa e no Metro, e a inflexão da perda de passageiros que se verificava na Carris, através da captação de novos clientes (antigos utilizadores dos transportes públicos ou exclusivamente utilizadores do transporte individual).

Por outro lado, procurou-se reforçar a política de parcerias com *players* estratégicos, através da implementação de novos projetos geradores de receitas complementares, potenciadores de uma mobilidade mais sustentada e ajustada aos desejos dos nossos clientes.

4.1.1. Atividade desenvolvida

Das diversas ações desenvolvidas destacam-se as seguintes, face à mais-valia observada pela sua aplicação no âmbito do apoio e Informação ao cliente:

- Adesão de dois novos operadores ao título Zapping, Fertagus e Metro Sul do Tejo, associando-se assim aos já aderentes: Carris, Metro, Transtejo/Soflusa, CP;
- Criação de novos escalões de carregamento;
- Integração do Grupo Transtejo na rede de Espaços Cliente da Carris e do Metro;
- Integração do Grupo Transtejo no Centro de Atendimento da Carris e do Metro;
- Alargamento das funções do centro de apoio interno do Metropolitano de Lisboa, prestando também apoio aos agentes de fiscalização da Transtejo, Soflusa e Carris;
- Promoção da mobilidade dos colaboradores das quatro empresas, nos serviços de apoio e informação ao cliente: Centro de Atendimento e Espaços Cliente;
- Introdução de melhorias na informação ao cliente, relativa aos títulos de transporte existentes e utilização dos modos. A título de exemplo refere-se a realização da campanha "validação".

4.1.2. Procura

O comportamento da Procura no ano de 2015 veio consolidar o crescimento verificado nos anos anteriores.

A comprová-lo evidencia-se o resultado do indicador "Passageiros com Título Pago", com um acréscimo de +2,08%, ou 1,96% se incluirmos as validações dos passageiros transportados com títulos gratuitos.

Tabela 1 - Passageiros Transportados (2013-2015)

Passageiros - Validações		2013	2014	2015	Var. % 2015/14
Títulos ocasionais	10^3	**3 256**	**3 412**	**3 649**	**6,95**
Bilhetes Simples	10^3	2 277	2 324	2 442	5,08
Bilhetes Veículos	10^3	27	26	32	23,08
Zapping	10^3	952	1 059	1 170	10,48
Cartão bancário	10^3	0	3	5	66,67
Passes	10^3	**11 749**	**11 721**	**11 799**	**0,67**
Próprios	10^3	1 270	1 299	1 330	2,39
Intermodais	10^3	4 148	3 875	3 840	-0,90
Combinados	10^3	6 331	6 494	6 570	1,17
Outros - sem título associado	10^3		53	59	11,32
Total com títulos pagos	10^3	**15 005**	**15 133**	**15 448**	**2,08**
Transporte gratuitos e fraude	10^3	214	164	149	-9,15
Total transportados	10^3	**15 219**	**15 297**	**15 597**	**1,96**

Nos quadros seguintes apresenta-se a evolução da procura desagregada por linha, sendo as quatro primeiras linhas exploradas pela Transtejo e a quinta linha "Barreiro - Terreiro do Paço" pela Soflusa.

Tabela 2 - Passageiros e Passageiros km transportados (2013-2015)

Passageiros Transportados (10^3)*

Linhas Fluviais	2013	2014	2015	Var % 2015/14
Montijo - Cais do Sodré**	940	936	937	0,11
Seixal - Cais do Sodré	1 168	1 143	1 155	1,05
Cacilhas - Cais do Sodré	5 256	5 259	5 531	5,17
Trafaria - Porto Brandão - Belém	308	335	361	7,76
Barreiro - Terreiro Paço	7 546	7 610	7 600	-0,13
Total	**15 218**	**15 283**	**15 584**	**1,97**

*Excluindo fraude
** A partir de julho de 2015 esta ligação foi transferida para o Cais do Sodré na sequência do incidente com a estaca do pontão situado no Terminal do Terreiro do Paço.

Passageiros km transportados (10^3)

Linhas Fluviais	km	2013	2014	2015	Var % 2015/14
Montijo - Cais do Sodré**	13,752	12 922	12 875	12 881	0,05
Seixal - Cais do Sodré	8,496	9 926	9 713	9 810	1,00
Cacilhas - Cais do Sodré	2,150	11 301	11 306	11 892	5,18
Trafaria - Porto Brandão - Belém	3,559	1 095	1 191	1 283	7,72
Barreiro - Terreiro Paço	9,320	70 334	70 923	70 836	-0,12
Total		**105 578**	**106 008**	**106 702**	**0,65**

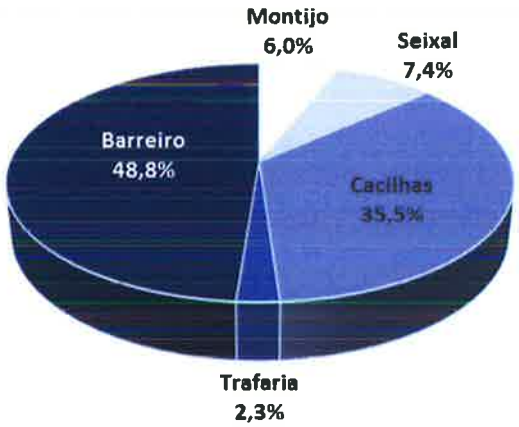
Passageiros.km Transportados - reexpressos em 2014 e 2013 para efeito de análise de desvios

Da análise efetuada por ligação fluvial, destaca-se o acréscimo de 5,2% do número de passageiros transportados na ligação Cacilhas - Cais do Sodré, mantendo-se a tendência de crescimento da procura na ligação Trafaria -

Porto Brandão - Belém (+7,7%) motivada essencialmente, pelo acréscimo do transporte de veículos, +23% que no ano anterior, mantendo-se praticamente inalterada nas restantes linhas fluviais.

Na estrutura de procura por ligação fluvial, verifica-se que mais de 13,1 milhões dos passageiros fazem-se transportar nas ligações do Barreiro e Cacilhas representando no seu total 84% do Grupo Transtejo.

Gráfico 1 - Procura por ligação fluvial (2015)



Na estrutura de procura por títulos de transporte, manteve-se a tendência de crescimento dos títulos combinados, representando cerca de 42% do total dos passageiros transportados com título pago, aos quais se seguiram os passes intermodais (25%) que apresentam desde 2013 uma tendência ligeira de decréscimo.

Com exceção da ligação Barreiro/Lisboa, foi notória a crescente preferência dos passageiros pelos títulos ocasionais (bilhetes simples e zapping) representando em termos de estrutura 23%, registando uma variação positiva de 7%, mantendo-se ao nível dos passes intermodais uma redução da preferência dos clientes do Grupo Transtejo em quase 1%.

4.1.3. Receita Tarifária

As receitas tarifárias situaram-se acima das receitas auferidas no ano transato, apresentando um acréscimo de +3,1% para o Grupo Transtejo.

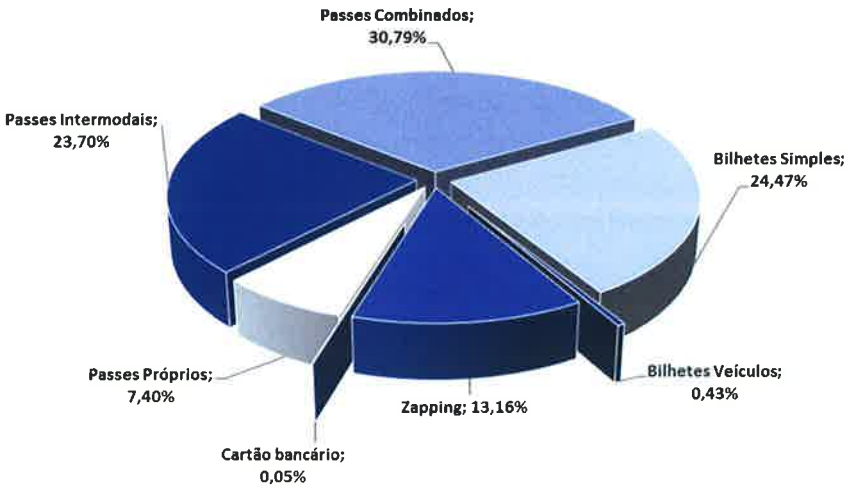
A alteração de preferência dos nossos passageiros por Títulos Ocasionais é responsável por este acréscimo com uma variação positiva de 6,4%, para o qual contribuiu o zapping com uma variação positiva de +8,6%. Também as receitas dos Passes em relação ao ano de 2014 apresentaram uma ligeira variação de +1,2%.

No que se refere aos Passes, o ligeiro aumento deveu-se ao acréscimo das vendas no sistema dos títulos combinados, principalmente os títulos denominados Navegantes.

Tabela 3 - Receitas tarifárias por título de transporte (2015)

	Títulos de transporte		2013	2014	2015	Var. % 2015/14
Receitas (sem IVA)	**Títulos ocasionais**	10^3 €	**5 110**	**5 270**	**5 609**	**6,4**
	Bilhetes	10^3 €	3 436	3 436	3 609	5,0
	Bilhetes - Veículos	10^3 €	49	51	63	23,5
	Zapping	10^3 €	1 625	1 783	1 937	8,6
	Passes	10^3 €	**9 148**	**9 005**	**9 111**	**1,2**
	Próprios	10^3 €	1 108	1 076	1 089	1,2
	Combinados	10^3 €	4 330	4 457	4 533	1,7
	Intermodais	10^3 €	3 710	3 472	3 489	0,5
	Total das receitas		**14 258**	**14 275**	**14 720**	**3,1**

Gráfico 2 - Receitas Acumuladas (2015)



4.1.4. Receita não tarifária

Em complemento do serviço de transporte de passageiros, foram desenvolvidas no Grupo Transtejo um conjunto de atividades complementares, visando não só a rentabilização dos espaços comerciais disponíveis nos Terminais, promovendo a concessão de áreas para diversos ramos de negócio, bem como a colocação de publicidade. Salientou-se ainda, a rentabilização dos pontões por via de atracações de embarcações de terceiros e da rentabilização da frota de navios, através do fretamento de navios para a realização de eventos privados diversos, como conferências de imprensa, apresentações, passagens de modelos, exposições ou festas.

O Grupo Transtejo disponibiliza aos seus clientes, por meio de concessões à exploração privada, um serviço de estacionamento de veículos, complementar ao modo de transporte fluvial, possibilitando a utilização dos Parques de Estacionamento situados nos Terminais do Barreiro, Montijo e Seixal a preços acessíveis.

O Grupo Transtejo manteve ao longo de 2015 a gestão dos contratos com a Carristur - exploração dos passeios turísticos no rio Tejo, e com a MOP - Multimédia Outdoors Portugal - comercialização dos espaços publicitários do Grupo.

No âmbito das receitas complementares diretamente associadas à atividade comercial, que representaram em 2015 cerca de 1,2 M€, destacou-se a venda de cartões Viva Viagem e personalização de títulos Lisboa Viva pelo valor de 378 mil €, bem como as receitas com Licenças de Ocupação (+32% face a 2014) que totalizaram 364 mil €.

Ainda no decurso de 2015 foi celebrado um protocolo entre o grupo Transtejo e a Carristur visando a regulação da atividade de Turismo "Cruzeiros no Tejo" que passou a ser explorada em parceria com aquela empresa, no âmbito do produto comercial "*Yellow Boat - Lisbon Sightseeing Cruise*".

4.1.5. Combate à fraude

A fraude nos transportes públicos é um fenómeno transversal, que abrange todas as idades, géneros e meios sociais.

A publicação da Portaria 241-A/2013 de 31 de julho e o despacho n.º 8946-A/2015 de 11 agosto de 2015, que estabelecem as regras gerais de cálculo de compensações financeiras e de repartição de receitas dos passes intermodais, entre Operadores de transporte coletivo de passageiros da Área Metropolitana de Lisboa, com base nas validações registadas pelo sistema de bilhética, veio, ainda, dar maior relevo à importância do combate à fraude pelo impacto negativo que esta tem nas receitas da empresa.

Assim, a recuperação de receitas, por contenção e posterior redução da fraude, assume uma importância fundamental.

Analisada a taxa de fraude detetada, que resulta do número de coimas emitidas face às abordagens efetuadas, verificou-se a manutenção da taxa detetada num valor muito baixo, da ordem dos 0.09% para o Grupo Transtejo, dado o método de controlo existente por parte das equipas de vigilância e fiscalização na transposição das barreiras nos terminais e estações e respetivos navios.

O limitado número de efetivos associado às equipas de fiscalização, bem como à obsolescência e ausência de equipamentos de fiscalização têm nos últimos anos condicionando a atividade de fiscalização.

Como nota final, importará salientar que a competência para a instauração e instrução dos processos de contraordenação, relativos ao tipo de infrações, bem como a decisão de aplicação das respetivas coimas, não se encontra atribuída aos operadores de transporte analisados, mas, e nos termos da Lei n.º 28/2006 de 4.07, com a redação dada pela Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT).

Contudo, no final de 2015 ainda não tinha sido possível que esta Autoridade implementasse o sistema de cobrança, o que originou o agravamento do sentimento de impunidade dos clientes em fraude, tornando cada vez mais recorrente a sua prática.

4.2. Oferta

O ano de 2015 registou uma estabilização da oferta relativamente ao período homólogo, mantendo em vigor os ajustamentos efetuados em 2012 (ano em que foi aplicado um conjunto de medidas estruturantes, envolvendo a redução do número de ligações fora das horas de ponta e aos fins de semana). Para efeitos de análise da variação com o período homólogo, incluiu-se na tabela uma coluna extra em 2014 (LKO'), na qual os valores de lugares.km refletem as alterações das distâncias das várias ligações efetuadas em 2014 e consideradas em 2015.

Tabela 4 - Indicadores de Oferta (2013-2015)

Linhas Fluviais	2015			2014				2013*		
	Viagens	H. Serviço	LKO	Viagens	H. Serviço	LKO	LKO'	Viagens	H. Serviço	LKO
Montijo - Cais do Sodré**	12 932	8 000	87 246 662	12 893	8 004	85 268 075	84 971 490	12 780	7 918	82 329 337
Seixal - Cais do Sodré	15 625	8 526	51 428 777	15 563	8 478	50 592 486	51 170 686	15 499	8 480	52 454 732
Cacilhas - Cais do Sodré	53 424	15 300	56 366 086	53 280	16 132	56 421 819	54 890 005	52 920	17 768	56 285 754
Trafaria - Porto Brandão - Belém	9 855	6 250	18 392 224	9 850	6 073	17 832 029	21 275 105	9 779	5 742	19 297 572
Barreiro - Terreiro Paço	42 767	14 256	239 163 577	42 844	14 281	256 848 710	239 382 998	42 303	14 101	253 811 760
TOTAL	134 603	52 331	452 597 326	134 430	52 967	466 963 119	451 690 284	133 281	54 009	464 179 155

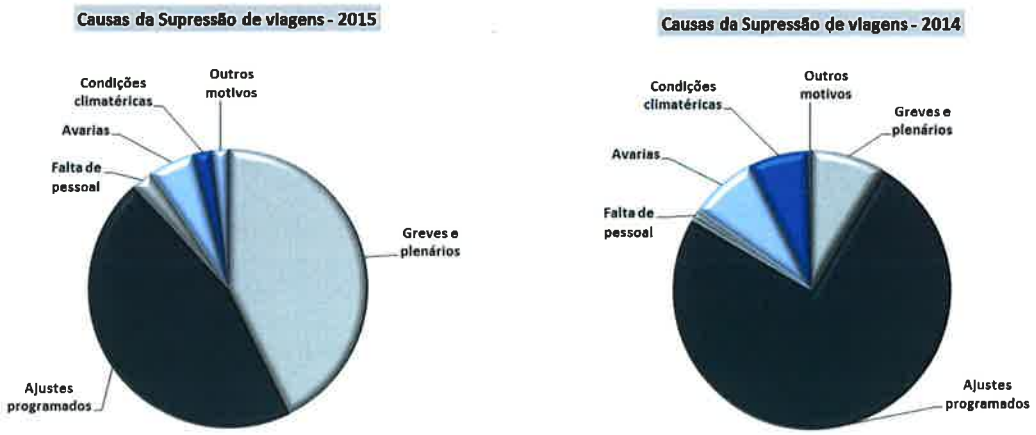
LKO - Lugares.km Oferecidos

** Até outubro de 2013 esta ligação esteve deslocada para o Cais do Sodré por motivo de obras no Terreiro do Paço*

*** A partir de julho de 2015 esta ligação foi transferida para o Cais do Sodré na sequência do incidente com a estaca do pontão situado no Terminal do Terreiro do Paço.*

Durante o ano de 2015 foram suprimidas 1.613 viagens programadas, o que representou um aumento de 32% face a 2014. Ainda assim, assinala-se um ligeiro acréscimo das viagens realizadas relativamente ao ano anterior (+0,13%; +173 viagens). Comparativamente a 2014, o maior motivo de supressões continuou a ser a necessidade de efetuar ajustes programados, associados a ajustes de horários com aviso prévio, por motivo de férias e outros eventos, mas as situações de greve e plenários aumentaram bastante face a 2014. No seu conjunto, estes dois motivos originaram 88% do número de viagens suprimidas (1.421 viagens).

Gráfico 3 - Causas da supressão de viagens em 2015 e 2014



As ligações fluviais de Cacilhas e Barreiro continuaram a apresentar os melhores índices de ocupação da frota (relação entre a Oferta e a Procura, aferida pelo número de passageiros km transportados, relativamente ao número de lugares km oferecidos).

Gráfico 4 - Taxa de Ocupação por Ligação Fluvial - 2015



4.3. Reclamações

Relativamente ao ano transato, o Grupo Transtejo registou um aumento de 95% no número de reclamações recebidas. A discriminação por motivos permite perceber que os aumentos mais significativos decorreram nas reclamações relativas ao atendimento, às instalações dos terminais / estações e Diversos/Outros, que representaram cerca de 70% das reclamações registadas em 2015.

Tabela 5 - Motivos das reclamações

Motivos	2015	2014	Var. 2015/2014 Abs.	Var. 2015/2014 %
Atendimento	372	216	156	72,22%
Equipamentos	43	45	-2	-4,44%
Instalações terminais / estações	257	74	183	247,30%
Embarcações	70	4	66	1650,00%
Horários	215	159	56	35,22%
Suportes lisboa viva	49	49	0	0,00%
Suportes viva viagem	24	22	2	9,09%
Diversos / outros	173	48	125	260,42%
Total	**1203**	**617**	**586**	**94,98%**

O referido aumento do número de reclamações, relativamente ao período homólogo, é imputável aos motivos abaixo discriminados:

- Instalações terminais/estações: casas de banho a funcionar com insuficientes condições de limpeza e/ou encerradas;
- Atendimento faturas: Impossibilidade de obtenção imediata, no ato da compra do título de transporte, de uma fatura idónea para efeitos de dedução à coleta em sede de IRS e para dedução em sede de IVA.

- Atendimento nos terminais/estações: alegado deficiente atendimento/apoio prestado por Bilheteiros, Operadores Comerciais e Fiscais nas relações que estabelecem com os clientes.
- Diversos/Outros: greves parciais realizadas (três horas por turno de serviço) a 14, 15, 21, 22 e 23 de setembro.

4.4. Frota

No final de 2015, a frota do Grupo Transtejo era composta por 30 navios com a seguinte tipologia:

Ilustração 1 - Frota Operacional do Grupo Transtejo 2015



Classe Damen – 8 navios
Catamarans com capacidade para 600 passageiros.
Idade média: 11 anos

Classe Austal – 2 navios
Catamarans com capacidade para 292 passageiros.
Idade média: 13 anos

Navio Fantasia
Catamaran com capacidade para 150 passageiros.
Idade média: 16 anos

Classe Algés – 7 navios
Catamarans com capacidade para 496 passageiros.
Idade média: 18 anos

Classe S. Jorge – 1 navio
Monocascos com capacidade para 1000 passageiros.
Idade média: 23 anos

Classe Cacilhense – 6 navios
Monocascos com capacidade para 476 passageiros.
Idade média: 34 anos

Classe Alemã – 1 navio
Monocasco com capacidade para 280 passageiros.
Idade média: 56 anos

Ferry catamaran – 2 navios
Ferries com capacidade para 360 passageiros e 29 veículos.
Idade média: 5 anos

Ferry monocasco - 2 navios
Ferries com capacidade para 346 passageiros e 24 veículos.
Idade média: 57 anos

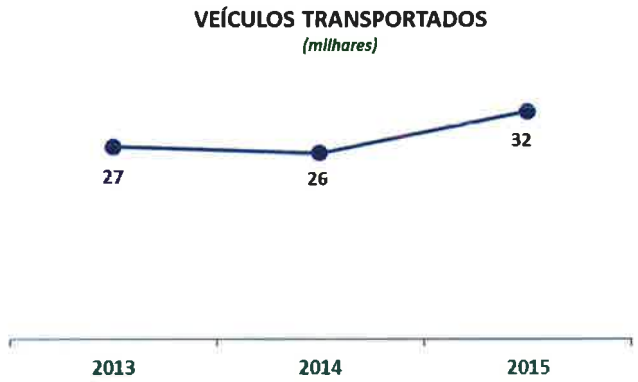
Destacam-se as alienações dos navios "Montes Claros", da classe Cacilhense, "Martim Moniz", da classe S. Jorge (Frota Transtejo), e "Augusto Gil", da classe Damen (Frota Soflusa), ocorridas em julho de 2015 e dezembro de 2015, respetivamente.

4.5. Transporte de Veículos

Em 26 de abril de 2014 ocorreu a transferência do serviço de transporte de veículos da ligação Cacilhas - Cais do Sodré para a ligação Trafaria - Belém - Porto Brandão. Esta alteração na oferta constituiu uma medida de otimização de recursos do Grupo Transtejo, visando a racionalização de custos da operação e dando simultaneamente resposta à necessidade de assegurar a disponibilidade de frota para operar naquela ligação.

A alteração operacional implementada a partir de abril de 2014 contemplou a oferta de um conjunto de condições e vantagens económicas para os clientes. Depois de em 2014, os níveis de procura se terem mantido semelhantes ao ano anterior, 2015 registou um aumento da procura em cerca de 23%, conforme se demonstra no gráfico seguinte.

Gráfico 5 – Evolução do número de veículos transportados 2013-2015



4.6. Segurança de Exploração (Safety)

Na sequência do novo modelo de Gestão que entrou em vigor em maio de 2015, foi constituída a Autoridade de Segurança de Exploração no modo Navio, assumindo um conjunto de competências anteriormente integradas na Direção de Segurança e Ambiente do Grupo Transtejo.

Desde modo, segregando as funções de *security*, que passaram a ser geridas por uma área corporativa comum a todas as empresas (Gabinete de Segurança e Vigilância), as autoridades de segurança da exploração de cada modo passaram a dar cumprimento às obrigações em matéria de *safety* decorrentes da aplicação do Despacho n.º 1094/98 (2.ª série), de 19 de janeiro, emitido pelo Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território.

No cumprimento da sua missão, a autoridade de segurança específica deste modo de transporte procurou dar início à sua atividade estabelecendo o plano de *safety* focalizado na segurança das operações de transporte de passageiros por via fluvial e procurando identificar o conjunto de ações de resposta à emergência, devidamente especificadas, a observar pelos tripulantes dos navios e demais intervenientes nas operações de exploração em estações / terminais, de modo a minimizar ou anular situações de risco.

5. Gestão Corporativa

O modelo organizacional implementado a partir de maio de 2015 teve como principal característica a concentração das áreas de Gestão Corporativa e de suporte, constituídas por equipas transversais integrando colaboradores das 4 empresas (Carris, Metro, Transtejo e Soflusa).

5.1. Segurança (Security)

No âmbito das atividades desenvolvidas pela área da Segurança e proteção de pessoas e bens, em matéria de *Security*, destacaram-se no que respeita ao Grupo Transtejo, as seguintes iniciativas:

- Elaboração dos Planos de Segurança dos edifícios de Cais do Sodré;
- Averiguações periódicas aos equipamentos de primeira intervenção na deteção de incêndio, bem como equipamento elétricos e eletrónicos dos terminais, edifícios e material flutuante, este último apenas no primeiro semestre (atribuição transferida para a ASN no 2.º semestre de 2015);
- Atualização do Plano de Emergência Interno para terminais e navios, estes últimos apenas no primeiro semestre (atribuição transferida para a ASN no 2.º semestre de 2015);
- Manutenção e controlo do Material e equipamentos de segurança dos edifícios e estações.
- Acompanhamento de ações de controlo e identificação de passageiros nas várias carreiras do Grupo Transtejo, realizadas pela Polícia Marítima e pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;
- Análise das causas e circunstâncias de todas as ocorrências/acidentes registadas e implementação de medidas para sua eliminação;
- Aquisição e distribuição de fardamento e EPI (Equipamentos de Proteção Individual);
- Gestão, manutenção e controlo dos equipamentos do sistema de videovigilância e deteção de incêndio.

5.1.1. Higiene e Segurança no Trabalho

As atividades de maior relevância desenvolvidas na área da Higiene e Segurança no Trabalho, durante o ano de 2015, foram as seguintes:

- Visitas semanais a embarcações, terminais, pontões, zonas de refeições e à Doca 13;
- Avaliações da qualidade do ar no interior das instalações;
- Avaliações dos riscos de funções.

5.1.2. Sinistralidade

Ainda em matéria de gestão da segurança, enquadra-se o acompanhamento da sinistralidade, com destaque para o registo e acompanhamento das principais ocorrências verificadas em 2015:

Tabela 6 - Indicadores de Sinistralidade (2013-2015)

SINISTRALIDADE	2015	2014	2013	Var. 15/14 Abs.	Var. 15/14 %
Emergências	1	2	1	-1	-50,0%
Acidentes de Trabalho	50	56	53	-6	-10,7%
Acidentes com Passageiros	36	53	44	-17	-32,1%
Acidentes Criminais	55	36	40	19	52,8%
Outros	66	72	73	-6	-8,3%

Enquadramento das principais ocorrências verificadas em 2015:

- Emergências: em 2015 registou-se uma ocorrência, que não resultou em danos materiais ou feridos, tendo como consequência apenas atraso na carreira;
- Acidentes de trabalho: redução de 6 acidentes de trabalho relativamente ao período homólogo e consequente redução de 83 dias de baixa. Tal como em anos anteriores, a maior parte dos acidentes de trabalho ocorreram na DON (38 acidentes, mais um que em 2014), seguido da DMN (7 acidentes, menos 5 acidentes que 2014). Por categoria profissional continuam a predominar os acidentes com marinheiros e maquinistas;
- Acidentes com passageiros: em 2015 verificou-se uma acentuada redução do número de acidentes com passageiros (menos 17 acidentes). Dos acidentes ocorridos, destacam-se os resultantes de desequilíbrio (12), de escorregamento (11) e de tropeçamento (6). Pode relacionar-se o número e tipologia dos acidentes com passageiros com questões mobilidade, considerando que a média etária dos passageiros sinistrados em 2015 foi de 51 anos;
- Acidentes criminais: em 2015 verificou-se um aumento de 19 ocorrências, relativamente a 2014, em grande parte devido a entradas fraudulentas sem título de transporte nos terminais do Barreiro e Terreiro do Paço;
- Outros acidentes: o número de ocorrências desta tipologia tem vindo a diminuir desde 2011, sendo que, relativamente a 2014, se verificou novamente uma redução de 6 ocorrências.

5.2. Gestão Ambiental

As atividades de maior relevância desenvolvidas na área da Gestão Ambiental durante o ano de 2015 foram as seguintes:

- Manutenção das rotinas de controlo previstas no Sistema de Gestão Ambiental (SGA);
- Realização de ações de formação para a Gestão e Controlo de Resíduos;
- Realização de ações de formação em Eco Condução;
- Continuação da implementação do Plano de Racionalização do Consumo de Energia;

- Realização de uma auditoria interna ao cumprimento dos requisitos legais em matéria de Qualidade, Ambiente e Higiene e Segurança do trabalho.

Em 2015, o Grupo Transtejo foi alvo de uma inspeção realizada pela Inspeção-Geral dos Ministérios do (i) Ambiente, do (ii) Ordenamento do Território e Energia e (Iii) da Agricultura e do Mar, nas instalações do Barreiro.

5.3. Relações Internacionais

O Grupo Transtejo manteve, em 2015, a sua participação de forma ativa em grupos de trabalho e fóruns internacionais, promovendo a partilha de práticas essenciais para o incremento do seu negócio, bem como a importação de medidas e práticas potenciadoras da sua responsabilidade empresarial, interna e externa, a partir das seguintes organizações:

- CEEP - "*European Centre of Employers and Enterprises providing Public Services*", intervenção prioritariamente focada no Comité "*Local Enterprises*";
- UITP - "*International Association of Public Transport*". A Transtejo e a Soflusa integraram e participaram na comissão dedicada ao transporte fluvial, nomeadamente a *Waterborne Transport Platform*.

5.4. Auditoria Interna e Gestão de Risco

Auditorias Internas

Destaca-se a realização, no último semestre do ano de 2015, de uma auditoria interna aos procedimentos de venda e de gestão dos cofres dos Terminais/Estações fluviais da Soflusa.

Gestão do Risco

O Grupo Transtejo tem aprovado e implementado, desde 28 de Janeiro de 2010, um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC), dando cumprimento à Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção de 1 de julho de 2009, onde se identificam as áreas que potencialmente podem ser sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como os principais riscos daí decorrentes, os controlos instituídos que visam a sua mitigação e prevenção, os seus impactos e a sua probabilidade de ocorrência. O Plano encontra-se divulgado no site do Grupo[5].

[5] http://www.transtejo.pt/empresa/documentos-oficiais/

5.5. Sistemas de Informação

Para além da atividade contínua e permanente de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas em exploração no Grupo Transtejo, ao longo de 2015 foram desenvolvidas melhorias e/ou benefícios em três vertentes específicas:

- Implementação de melhorias funcionais;
- Implementação de projetos;
- Estudo/análise para a implementação de projetos.

A implementação de **melhorias funcionais** foi realizada em diversos sistemas, destacando-se as seguintes ações:

- Portal - implementação de várias soluções, tais como: lista telefónica comum (Carris, Metro, Transtejo, Soflusa);
- Sistema SAP R/3 - implementação de várias melhorias e funcionalidades referindo-se em seguida as principais:
    - Implementação de melhorias na Gestão documental, nomeadamente desenvolvimento de um cockpit para a gestão integrada de documentos, integração com o Outlook, diferenciação de documentos por empresa;
    - Melhorias na aplicação gestão de clientes para integração de reclamações de todas as empresas (Carris, Metro, Transtejo, Soflusa);
    - Desenvolvimento de ferramentas para encerramento do ano no sistema *Workflow*;
    - Implementação de Pedidos de Material não *stock*;
    - Implementação de *Workflow* de aprovação;
    - Geração de números de compromisso, no âmbito da aplicação da LCPA (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso);
    - Gestão do orçamento e apoio ao processo de orçamentação.

No que se refere à **implementação de projetos**, salientaram-se os seguintes:

- Interligação das Redes de voz e dados (Carris, Metro, Transtejo, Soflusa);
- Disponibilização de uma Consola de Gestão Documental para a Administração;
- Integração dos serviços de domínio e e-mail;
- Interoperabilidade do ambiente de trabalho de cada uma das empresas em qualquer localização;
- Presença Web comum (Carris, Metro, Transtejo, Soflusa) com a criação do Site Transportes de Lisboa;
- Implementação do modelo de utilização da Gestão Documental para as quatro empresas e definição macro de Regras e Procedimentos;
- Implementação de uma plataforma web comum para pedidos de suporte.

Por fim, destacam-se os seguintes estudos/análises para a implementação de projetos:

- Estudo e análise para a implementação de consultas expeditas comum (Carris, Metro, Transtejo e Soflusa);
- Estudo e análise para a implementação de uma aplicação de fardamentos para o grupo Transtejo;
- Estudo e análise para a implementação do Novo Site do grupo Transtejo.

5.6. Comunicação e Marketing

Destaca-se a realização das seguintes atividades, ao longo de 2015:

Campanhas Externas:

- Campanha "*O importante é chegar a horas*": reforço do posicionamento das empresas, promoção da qualidade e fiabilidade do serviço que prestam e potenciação da captação de clientes pela transferência do transporte individual para o transporte público (março);
- Campanha "*Juntos Estamos Mais Perto*": campanha de comunicação da marca Transportes de Lisboa (março);
- Campanha "*Boas Práticas Boas Viagens*": campanha específica para a Semana Europeia da Mobilidade (setembro);
- Campanha "*Validação obrigatória*" (em articulação com a DCO): campanha de informação comercial sobre a obrigatoriedade de validação do título de transporte nos modos autocarros, elétrico, metro e navio (novembro);
- Campanha Natal na TdL 2015 (concertos de Natal, Elétrico de Natal e C.A.S.A.) (dezembro).

Campanhas Internas:

- Peddy-paper da rede RSO PT (novembro);
- Corrida por Bens (outubro);
- Corrida pelos 4 patas (dezembro);
- Caixinha dos Desejos 2015 (dezembro).

Parcerias Estratégias:

- PLUNC – Festival Internacional de Artes Digitais e Novos Media;
- EGEAC - Festas de Lisboa (junho);
- Projeto Face to Face Amnistia Internacional;
- Liga Portuguesa Contra o Cancro (outubro);
- Ação promoção Dia do Voluntário.

5.7. Gestão das Infraestruturas

A partir de maio de 2015, no contexto das atribuições da macroestrutura definida para o conjunto das empresas de transportes integrados sob gestão comum (Carris, Metro e Grupo Transtejo), foi constituída uma área organizacional de suporte (incluída na Gestão Corporativa) com atribuições específicas na Gestão das Infraestruturas associadas aos Modos de Transporte.

Ao nível da Gestão das Infraestruturas existentes, 2015 caraterizou-se pela execução de alguns projetos internos de reparação de edifícios, bem como pelo lançamento de concursos públicos, visando a introdução de melhorias nos equipamentos existentes.



6. Recursos Humanos

6.1. Gestão do Efetivo

Em 2015, a Gestão dos Recursos Humanos do Grupo Transtejo caracterizou-se pela continuidade do esforço de otimização de recursos operacionais, decorrente da gestão conjunta das entidades que compõem o Grupo Transtejo, com a particularidade de integrar um projeto de Gestão mais alargado, partilhado com as restantes empresas da Transportes de Lisboa.

A gestão de efetivos, centrada no objetivo de manter os níveis da qualidade do serviço oferecido, observou as medidas referentes à redução de trabalhadores, conforme determinado no artigo 60.º da Lei n.º 82-B (Lei do Orçamento de Estado para 2015). Analisando o número de efetivos no final do ano, em comparação com o período homólogo, verifica-se que a redução do efetivo no Grupo foi de 4,7%, conforme se evidencia em tabela abaixo.

Tabela 7 - Gestão do Efetivo (2013-2015)

Efetivo médio	2015	2014	2013	Var. 15/14 Abs.	Var. 15/14 %
Transtejo	313	321	340	-8	-2,5%
Soflusa	150	154	161	-4	-2,6%
GRUPO	**463**	**475**	**501**	**-12**	**-2,5%**

Nº efetivos - 31.DEZ	2015	2014	2013	Var. 15/14 Abs.	Var. 15/14 %
Transtejo	303	320	321	-17	-5,3%
Soflusa	147	152	158	-5	-3,3%
GRUPO	**450**	**472**	**479**	**-22**	**-4,7%**

No ano em apreço, ocorreram 22 saídas de trabalhadores, essencialmente no âmbito da reestruturação das Empresas, sendo que 15 ocorreram por mútuo acordo.

A evolução do número de efetivos no final de cada período, registada ao longo dos últimos 6 anos, evidencia o esforço da gestão no sentido de imprimir níveis elevados de otimização de recursos. O modelo organizacional comum às empresas Transtejo, Soflusa, Carris e Metropolitano de Lisboa, permitiu em 2015 dar um contributo para esta medida.

Gráfico 6 - Evolução do número de efetivos a 31 de dezembro (2013-2015)

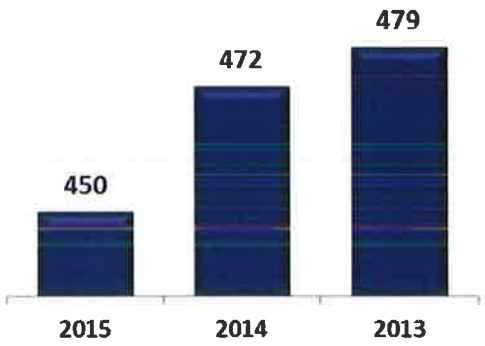


Tabela 8 - Efetivos do Grupo a 31/12/2015 por área de atividade, género e faixa etária)

				TRANSTEJO			SOFLUSA		
GRUPO Transtejo	Homens	Mulheres	Nº efetivos	H	M	Nº efetivos	H	M	Nº efetivos
Tripulantes	**243**	**2**	**245**	**148**	**2**	**150**	**95**	**-**	**95**
< 30 anos	6	-	6	6	-	6	-		-
≥ 30 anos < 49 anos	128	1	129	85	1	86	43		43
≥ 49 anos < 60 anos	88	1	89	46	1	47	42		42
≥ 60 anos	21	-	21	11	-	11	10		10
Comercial	**42**	**8**	**50**	**25**	**-**	**25**	**17**	**8**	**25**
< 30 anos	-	-	-	-		-	-	-	-
≥ 30 anos < 49 anos	25	6	31	12		12	13	6	19
≥ 49 anos < 60 anos	15	1	16	11		11	4	1	5
≥ 60 anos	2	1	3	2		2	-	1	1
Manutenção	**55**	**11**	**66**	**52**	**11**	**63**	**3**	**-**	**3**
< 30 anos	1	-	1	1	-	1	-		-
≥ 30 anos < 49 anos	33	10	43	30	10	40	3		3
≥ 49 anos < 60 anos	17	-	17	17	-	17	-		-
≥ 60 anos	4	1	5	4	1	5	-		-
Administrativos	**9**	**7**	**16**	**8**	**-**	**8**	**1**	**7**	**8**
< 30 anos	-	-	-	-		-	-	-	-
≥ 30 anos < 49 anos	3	5	8	3		3	-	5	5
≥ 49 anos < 60 anos	6	2	8	5		5	1	2	3
≥ 60 anos	-	-	-	-		-	-	-	-
Técnicos e Chefias	**12**	**15**	**27**	**10**	**15**	**25**	**2**	**-**	**2**
< 30 anos	-	-	-	-	-	-	-		-
≥ 30 anos < 49 anos	4	5	9	4	5	9	-		-
≥ 49 anos < 60 anos	8	10	18	6	10	16	2		2
≥ 60 anos	-	-	-	-	-	-	-		-
Outros	**30**	**16**	**46**	**16**	**16**	**32**	**14**	**-**	**14**
< 30 anos	-	-	-	-	-	-	-		-
≥ 30 anos < 49 anos	14	13	27	7	13	20	7		7
≥ 49 anos < 60 anos	13	2	15	8	2	10	5		5
≥ 60 anos	3	1	4	1	1	2	2		2
TOTAL	**391**	**59**	**450**	**259**	**44**	**303**	**132**	**15**	**147**

A análise da tabela anterior, com base na distribuição dos efetivos do Grupo, no final de 2015, por faixa etária e por área de atividade, permite tirar as seguintes conclusões:

- Apenas 1,6% dos trabalhadores do Grupo (7 efetivos) têm idade inferior a 30 anos (pertencendo todos à Transtejo);
- Cerca de 7,3% dos trabalhadores do Grupo (33 efetivos) têm idade superior a 60 anos;
- Os trabalhadores afetos à atividade operacional (Tripulantes e Comerciais) representam cerca de 66 % do total do efetivo.

Gráfico 7 - Distribuição do efetivo a 31.12.2015 por faixa etária e área de atividade



6.2. Princípio de Igualdade do Género

Considerando que as principais funções desempenhadas pelos trabalhadores das Empresas estão relacionadas com a área marítima, as tripulações são, na sua generalidade, constituídas por homens, tradicionalmente mais afetos a este tipo de atividades. Por este motivo, no quadro de efetivos do Grupo, destaca-se a predominância de trabalhadores do género masculino.

O facto de a Transtejo, no ano em análise, ter continuado a estar impedida de celebrar novos contratos, também contribuiu para a estabilização desta relação de género. No entanto, ao nível dos cargos de direção e chefia, num total de 15 trabalhadores em 2015, destaca-se a existência de 10 titulares do género feminino, revelando, assim, a promoção da igualdade de tratamento de oportunidades.

De referir que não existe no Grupo Transtejo qualquer prática discriminatória em processos de recrutamento nem em questões relacionadas com a componente salarial.

6.3. Política Salarial

Em 2015, manteve-se a aplicação das medidas de Política Salarial a que as empresas do Grupo se encontram sujeitas, nomeadamente:

- Não atribuição de aumentos salariais ou outros complementos remuneratórios adicionais;
- Regime remuneratório em vigor na Administração Pública relativamente a algumas remunerações adicionais;
- Pagamento do trabalho extraordinário em conformidade com as regras previstas no Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF);
- Norma de redução remuneratória temporária, prevista na Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado 2015) que remete para a Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro. Esta norma previa a reversão progressiva a partir de 2015[6], tendo sido aplicada, em cumprimento da mesma, a reversão de 20% a partir do processamento salarial de janeiro de 2015.

A aplicação das normas de redução remuneratória teve os seguintes impactos sobre as principais remunerações pagas aos trabalhadores das empresas do Grupo:

Tabela 9 - Reduções remuneratórias (2014-2015)

	2015			2014		
	GRUPO	TRANSTEJO	SOFLUSA	**GRUPO**	TRANSTEJO	SOFLUSA
Redução em remunerações*	**100.014 €**	70.297 €	29.717 €	**238.163 €**	158.289 €	79.874 €
Redução em Subsídio de Natal	**4.029 €**	3.570 €	459 €	**11.254 €**	7.890 €	3.363 €
Redução em Subsídio de Férias	**4.664 €**	3.828 €	836 €	**9.968 €**	7.075 €	2.893 €
** Sem órgãos sociais*	**108.707 €**	**77.695 €**	**31.013 €**	**259.384 €**	**173.254 €**	**86.130 €**

As reduções remuneratórias no Grupo, quando comparadas com as de 2014, revelam uma diminuição em cerca de 58%, fruto da reversão progressiva das reduções remuneratórias, já referida. Esta situação conduziu ao aumento da Massa Salarial (acréscimo de 7% no conjunto das empresas do Grupo), não obstante a redução do número de efetivos.

Para além dos acréscimos da Massa Salarial, os Gastos com Pessoal (consolidados) refletem um aumento de 6,4%, contemplando em 2015 o montante de 624 mil € de indemnizações por rescisão de contrato (+561 mil € face a 2014).

[6] O artigo 4.º da Lei n.º 75/2014 de 12 de setembro previa que a redução remuneratória fosse revertida em 20% por ano, a partir de 1 de janeiro de 2015.

Tabela 10 - Gastos com Pessoal e Massa Salarial (2013-2015)

(milhares de €)

Gastos com Pessoal	2015	2014	2013	Var. 15/14 Abs.	Var. 15/14 %
Transtejo	8 481	7 812	8 738	670	8,6%
Soflusa	3 909	3 838	4 188	72	1,9%
GRUPO	**12 391**	**11 650**	**12 927**	**741**	**6,4%**

Massa Salarial	2015	2014	2013	Var. 15/14 Abs.	Var. 15/14 %
Transtejo	6 682	6 120	6 771	562	9,2%
Soflusa	3 161	3 088	3 296	73	2,4%
GRUPO	**9 842**	**9 207**	**10 067**	**635**	**6,9%**

6.4. Formação

Qualificar os colaboradores da Empresa a fim de melhorar o seu desempenho e garantir a eficácia dos resultados obtidos, pelos diversos serviços, constituiu uma vez mais, no ano de 2015, objetivo estratégico da Empresa. Nesse sentido foram realizadas ações de formação em diversas áreas como gestão, finanças, qualidade, segurança, ambiente, tecnologias de informação e comunicação, línguas estrangeiras, técnica operacional para o modo Navio (qualificação de marítimos), e ainda ao nível do desenvolvimento das competências comportamentais.

Tabela 11 - Horas de formação (2013-2015)

Horas de Formação	2015	2014	2013	Var. 15/14 Abs.	Var. 15/14 %
Transtejo	4.227	1.440	3.560	2.787	193,5%
Soflusa	554	391	939	163	41,6%
GRUPO	**4.781**	**1.831**	**4.499**	**2.949**	**161,1%**

Em 2015, verificou-se uma redução de ações de formação realizadas, passando de 130 para 85, tendo este movimento sido mais acentuado na Transtejo com uma redução de 41%. Em termos de participações verificou-se igualmente uma redução significativa na Transtejo de 346 para 168 participações (-51,4 %), contrariamente ao que sucedeu na Soflusa onde se registou um aumento de 11%. Apesar da diminuição do número de ações realizadas e da acentuada diminuição de participações na Transtejo, o número de horas de formação realizadas aumentou de forma muito significativa, com as 4.781 horas de 2015 a corresponderem a um acréscimo de 161% relativamente ao ano anterior. Este aumento deveu-se essencialmente, ao incremento verificado na Transtejo,

passando de 1.440 horas em 2014 para 4.227 horas de formação em 2015, devido à realização de cursos de Promoção para Maquinista Prático 2ª Classe, que corresponderam a 56% do volume de formação realizado.

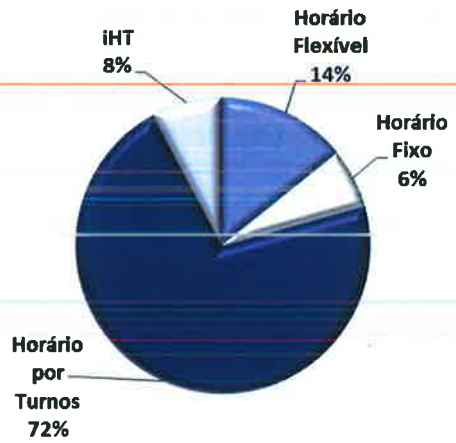
Merece destaque, a realização de uma ação de formação dirigida às 1ªs linhas de gestão, no âmbito do projeto de reestruturação organizacional. Neste sentido, decorreu entre outubro e dezembro, o "*Senior Management Program*", realizado na Universidade Católica Portuguesa, programa desenvolvido e adaptado às reais necessidades do projeto da Transportes de Lisboa, tendo sido ministrados temas diversos na área da Gestão, procurando desenvolver competências de Liderança, Comunicação, Gestão da Mudança, Inovação, Análise Financeira e Controlo de Gestão.

6.5. Indicadores de Prestação de Trabalho

6.5.1. Horário de Trabalho

Os horários de trabalho, no Grupo, caracterizam-se, essencialmente, pela prática do regime de trabalho com horário por turnos, dadas as características específicas da atividade desenvolvida, facto que é evidenciado no gráfico seguinte:

Gráfico 8 - Distribuição de efetivos a 31.12.2015 por regime de horário de trabalho



6.5.2. Taxa de Absentismo

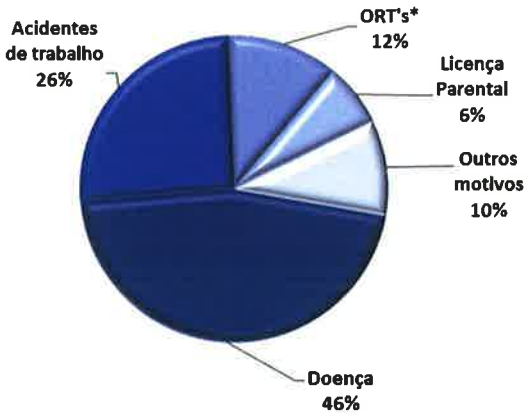
Tabela 12 - Evolução da Taxa de Absentismo (2013-2015)

Taxa de Absentismo	2015	2014	2013	Var. 15/14
Transtejo	6,64%	6,12%	7,92%	0,52 pp
Soflusa	6,69%	5,77%	6,02%	0,92 pp
GRUPO	**6,66%**	**6,01%**	**7,31%**	**0,65 pp**

A taxa de absentismo do Grupo regista um ligeiro crescimento, face a 2014, motivada, essencialmente, pelo aumento das horas de ausência de longa duração, por doença.

Tal como no ano transato, a doença e os acidentes de trabalho continuam a ser os motivos com maior expressão para as ausências ao trabalho, conforme evidenciado no gráfico seguinte.

Gráfico 9 - Causas do absentismo - 2015



Organizações representativas dos Trabalhadores

6.5.3.Horas Trabalhadas

Tabela 13 - Horas Trabalhadas (2013-2015)

Horas Trabalhadas	2015	2014	2013	Var. 15/14 Abs.	Var. 15/14 %
Transtejo	539.632	556.830	581.906	-17.198	-3,1%
Soflusa	264.821	271.485	283.916	-6.664	-2,5%
GRUPO	**804.453**	**828.315**	**865.822**	**-23.862**	**-2,9%**

Em 2015, o número de horas trabalhadas no Grupo registou um decréscimo de 2,9% relativamente a 2014, situação que decorre essencialmente do aumento das horas de ausência pelos motivos atrás expostos e pela redução do número de efetivos no período.

7. Situação Económica e Financeira

7.1. Fluxos Financeiros

Em 2015, o desempenho económico e financeiro do Grupo Transtejo caracterizou-se essencialmente pelos seguintes factos:

- Redução de 26,7% (-9 milhões de euros) dos Rendimentos Operacionais face a 2014, tendo principalmente contribuído para este resultado a variação negativa de 5,75 M€ (-73,6%) dos subsídios à exploração, em consequência do término do contrato de prestação do serviço público de transporte em 2014[7], resultando na redução de 5,32 M€ (-74,7%) das Indemnizações Compensatórias; e a diminuição em 3,3 M€ (-33,5%) dos Outros Rendimentos e Ganhos (sem o efeito do reconhecimento dos subsídios ao investimento), refletindo o impacto do ganho de 5,56 milhões de euros reconhecido em 2014, relacionado com a operação contabilística referente ao acordo de transmissão da propriedade do Terminal do Cais do Sodré[8].
- Os Gastos Operacionais mantiveram a trajetória descendente, que se traduziu numa redução de 3,0 M€ (-8,2%) relativamente ao ano de 2014, com especial destaque para os Custos das Matérias Consumidas que diminuíram 1,65 M€ (-20,8%) e para os Fornecimentos e Serviços Externos que decresceram 1,15 M€ (-13,1%).
- Têm-se mantido as dificuldades destas empresas em reverter a situação de défices de exploração, associados ao elevado custo dos fatores de produção - destacando-se o Gasóleo, principal recurso consumido na atividade de exploração, as intervenções de manutenção na frota de navios e pontões e os custos da estrutura de recursos indispensáveis à prestação do serviço – verificando-se a recorrente insuficiência de receitas diretas da atividade, para cobrir a despesa associada à estrutura de Gastos Operacionais.
- O Modelo de Financiamento aplicável às sociedades que compõem o Grupo Transtejo, tem vindo desde 2013 a ser suportado em apoio específico do Acionista Estado, para cobertura das necessidades de tesouraria corrente e financiamento dos planos de investimento.

Desde abril de 2013 que as empresas que compõem o Grupo Transtejo estão na lista de entidades reclassificadas no perímetro das Administrações Públicas, EPR - Entidades Públicas Reclassificadas, equiparadas a Serviços e Fundos Autónomos.

---

[7] Contrato de Prestação de Serviço Público de Transporte de Passageiros (CPSP) celebrado entre o Estado e cada uma das entidades que compõem do Grupo Transtejo (Transtejo e Soflusa) em 21 de setembro de 2012, no qual foram estabelecidos níveis mínimos de oferta a praticar no período 2012-2014.

[8] Acordo celebrado entre a Transtejo, o Metropolitano de Lisboa e o Estado Português, representado pela direção Geral do Tesouro e Finanças, referente à titularidade do Terminal Fluvial do Cais do Sodré.

Desta reclassificação decorreram impactos relevantes para as sociedades Transtejo e Soflusa, em matéria de reporte de informação e controlo da execução orçamental, em observância de legislação específica aplicável, designadamente sujeição à Lei do Compromissos e Pagamento em Atraso (LCPA)[9], Lei do Enquadramento Orçamental[10] e obrigatoriedade de preparação de Propostas Orçamentais a submeter à Direção Geral do Orçamento (DGO) para inscrição direta no Orçamento de Estado (OE).

Em 2015, os *cash-flows* gerados pela atividade de prestação de serviço púbico mantiveram a trajetória negativa, fruto da recorrente insuficiência em gerar receitas diretas da atividade, para cobrir a despesa associada à estrutura de Gastos Operacionais, pelas razões atrás referidas.

A caixa gerada pelas operações de desinvestimento permitiu atenuar em parte o efeito negativo do saldo gerado pelas atividades operacionais, tendo obtido um saldo positivo de 2,73 M€, resultante da alienação de 2 navios da Frota Transtejo e 1 navio da Frota Soflusa.

Tabela 14 - Variação de caixa e seus equivalentes

Un: milhares de euros

Demonstração Fluxos Caixa	2015	2014	2013	Var. 2015/2014 Abs.	Var. 2015/2014 %
Fluxo Atividades Operacionais	(10.711)	(7.799)	(22.484)	(2.912)	(37,3)
Fluxos das Atividades Investimento	2.664	(317)	(1.633)	2.981	939,3
Fluxo das Atividades Financiamento	13.238	8.274	17.152	4.964	(60,0)
Variação de caixa e seu equivalentes	**5.191**	**158**	**(6.965)**	**5.033**	(3.181,8)
Caixa e seus equivalentes no início do período	**1.438**	**1.654**	**8.620**	**(217)**	13,1
Caixa e seus equivalentes no fim do período	**6.629**	**1.438**	**1.654**	**5.191**	(361,1)

Após um período em que o modelo de financiamento era suportado pela contratação sucessiva de linhas de crédito obtidas no mercado, foi constituída uma operação de apoio financeiro, no montante de 118,6M€, prestado pelo Estado Português (dotação orçamental, inscrita no OE2013 retificativo), tendo permitido a reestruturação de toda a dívida de curto prazo de ambas as empresas do Grupo em financiamento de M/L Prazo. Esta operação visou ainda o reforço do apoio financeiro concedido pela Transtejo à sua participada Soflusa, convertendo-o também em operação de financiamento a M/L prazo, permitindo à Soflusa amortizar todas as linhas de financiamento contratadas na banca comercial e beneficiar das condições de remuneração do serviço da dívida contratadas pela Transtejo.

Em 2015, no âmbito da prossecução deste modelo, foram celebrados novos contratos de financiamento de médio e longo prazo, entre a Transtejo e o Estado, o que resultou numa operação articulada com a Direção-Geral do Tesouro e Finanças, compreendendo um empréstimo no montante de 11,7 M€, para fazer face,

[9] Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e Decreto-Lei n.º127/2012, de 21 de junho.

[10] Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto Lei n.º 91/2001 de 20 de agosto, republicada pela Lei n.º 52/2011, de 13 de outubro, alterada pela Lei n.º 37/2013, de 14 de junho, e mais recentemente, alterada pela Lei n.º 151/2012, de 12 de setembro, implicando obrigações de reporte à Direção Geral do Orçamento / Ministério das Finanças.

essencialmente, às necessidades de tesouraria corrente. Este recebimento permitiu gerar um saldo de 13,4 M€ positivo no fluxo de caixa de financiamento.

Pelo exposto, conclui-se que a soma dos fluxos de caixa do investimento e do financiamento permitiu cobrir o défice da função operacional, e gerar uma variação de caixa positiva em 5,19 M€.

7.2. Investimento realizado

Em 2015, a despesa de investimento realizada ascendeu a 53.071€, destacando-se os projetos que transitaram em curso para 2016, relacionados com o projeto de aquisição de balsas pneumáticas, para substituição de balsas rígidas, dando deste modo, cumprimento a legislação em vigor em matéria de Segurança na navegação. Adicionalmente, realizaram-se investimentos em *hardware* e *software*.

Tabela 15 - Detalhe do Investimento Realizado - Contas Consolidadas

€

PROJETOS DE INVESTIMENTO - 2015	Despesa do ano
Equipamentos para Navios SOFLUSA Balsas	4 160
Equipamentos para Navios TRANSTEJO - Balsas	35 041
Hardware	8 870
Software	5 000
	53 071

7.3. Estrutura Patrimonial

7.3.1. Contas Consolidadas

Tabela 16 - Variação do Património do Grupo Transtejo - Contas Consolidadas

(milhares de €)

SITUAÇÃO PATRIMONIAL	2015	2014	2013	Var. 2015/2014	
				Abs.	%
Ativo	**48 469**	**50 174**	**66 559**	(1 705)	(3,4)
Ativo não Corrente	38 820	45 262	59 921	-6 442	(14,2)
Ativo Corrente	9 649	4 912	6 638	4 737	96,4
Capital Próprio e Passivo	**48 469**	**50 174**	**66 559**	**-1 705**	**(3,4)**
Capital Próprio	-182 710	-173 412	-171 823	-9 298	5,4
Passivo não Corrente	176 831	192 110	223 867	-15 278	(8,0)
Passivo Corrente	54 348	31 476	14 515	22 872	72,7

- **Ativo não corrente:** a variação apresentada nesta rubrica reflete essencialmente a Redução dos Ativos Fixos Tangíveis (-6.442 mil €), que contempla o efeito combinado de (a) ajustes em ativos fixos tangíveis (-10.427 mil €) e respetivas amortizações (8.290 mil €) resultantes essencialmente das alienações dos navios "Martim Moniz" e "Montes Claros" da Transtejo, e navio Augusto Gil da Soflusa, (b) amortizações anuais (-4.370 mil €) e (c) investimentos (+48 mil €).

- **Ativo corrente –** Aumento decorrente essencialmente da variação do saldo de disponibilidades no final de cada período (6.629 mil € em 2015 e 1.438 mil € em 2014). O elevado valor de disponibilidades no final de 2015 tem como principal origem o recebimento de financiamentos da DGTF e o impacto da operação de tesouraria, associado à receita de cerca de 2.024 mil€ resultante da venda do navio "Augusto Gil", realizada em dezembro de 2015.

- **Capital Próprio** – A variação apresentada nesta rubrica reflete, essencialmente, os seguintes efeitos conjugados:
  i. **Aumento do Capital Social** no montante de 1.409 mil€, respeitante a dotações de capital sob a forma de numerário, de valores recebidos da DGTF;
  ii. **Impacto do resultado integral do período**, contemplando o resultado líquido do exercício (-11.915 mil€) e o ganho de justo valor dos instrumentos de gestão do risco financeiro (+1.207 mil€).

- **Passivo não Corrente** – Nesta rubrica, destaca-se a redução dos Financiamentos Obtidos em 9.404 mil €, resultante do efeito combinado do aumento de financiamentos em 11.698 mil € e da transferência para Passivo Corrente do montante de 21.101 mil € para reembolsos de financiamentos previstos em 2016.

  Salienta-se ainda a redução da rubrica de Instrumentos Financeiros Derivados, resultante do ganho decorrente da variação positiva do justo valor dos instrumentos de gestão de risco financeiro (-1.207 mil €), e do ajuste do montante de subsídios ao investimento a reconhecer no período superior a um ano, procedimento que visa adequar o reconhecimento do rendimento à depreciação do ativo subsidiado[11].

- **Passivo Corrente** – esta rubrica apresenta um aumento global de 22,9 M€, considerando essencialmente:
  i. **Aumento de Financiamentos Obtidos** (+24,5 M€) referente à transferência para passivo corrente do montante correspondente à amortização de financiamentos de M/L Prazo, o que ocorrerá em 2016, descobertos bancários no montante de 0,39 M€ e uma variação no valor de acréscimos de custos, respeitante a juros a pagar, no valor de 3 M€;
  ii. **Redução do montante em dívida a Fornecedores** (-0,703 M€) refletindo o esforço de liquidação de saldos devedores, em resultado das medidas de gestão de tesouraria e orçamental, minimizando os impactos nas dotações disponíveis para 2016 associados à transição de compromissos assumidos por pagar.
  iii. **Redução de Outros Passivos Correntes** (-1,0 M €), uma vez que em 2014 se registou por especialização, na Transtejo, o valor de 0,410 M€ relacionado com indemnizações compensatórias, situação que não se verificou em 2015, acrescido do efeito de uma variação negativa de 0,237 M€, relativa ao valor de vendas efetuadas em Dezembro e que respeitam a passes válidos para o mês de Janeiro do período seguinte.

[11] A cobertura financeira deste investimento, vinha sendo assegurada por subsídio a receber do PIDDAC, correspondente ao montante pago anualmente ao Metropolitano de Lisboa no âmbito do Protocolo em vigor.

7.4. Gestão de Risco Financeiro

O Grupo Transtejo apresenta uma estrutura financeira pouco equilibrada, uma vez que, como já referido anteriormente, não consegue gerar receita suficiente que permita cobrir a sua estrutura de custos operacionais, pelo que, o seu Modelo de Financiamento tem vindo desde 2013 a ser suportado em apoio específico do Acionista Estado, para cobertura das necessidades de tesouraria corrente e financiamento dos planos de investimento.

Neste sentido, após um período em que o modelo de financiamento era suportado pela contratação sucessiva de linhas no mercado bancário, foi constituída uma operação de apoio financeiro, no montante de 118,6M€, prestado pelo Estado Português (dotação orçamental, inscrita no OE2013 retificativo), tendo permitido a reestruturação de toda a dívida de curto prazo de ambas as empresas do Grupo em financiamento de M/L Prazo.

De salientar que na sequência deste modelo de financiamento, o Grupo tem beneficiado de melhorias significativas nas condições de remuneração do serviço da dívida, comparativamente ao modelo que vigorou até 2013, e como se pode verificar na tabela e gráfico abaixo, permitiu reduzir significativamente os gastos efetivos suportados pela empresa com os seus financiamentos.

Tabela 17 - Stock da Dívida - Evolução

	2011	2012	2013	2014	2015
Taxa de Juro Efetiva	5,42%	6,89%	5,13%	2,75%	2,34%
Juros Suportados (10^3 €uros)	7.789	10.829	8.899	4.989	4.522
Stock da Dívida (10^3 €uros)	143.629	157.240	173.625	181.608	193.306

Gráfico 10 - Evolução dos Juros Suportados 2011-2015



No final de 2015, o *stock* da dívida contemplava um financiamento de M/L Prazo sob a forma de empréstimo obrigacionista, contratado em 2007 junto do Depfa Bank Plc, no montante de 55 M€. As obrigações ao abrigo desta operação foram emitidas em 1 de fevereiro de 2007, com maturidade de 10 anos e taxa de cupão indexada à Euribor a 6 meses acrescida de um *spread* de 2 pontos base anuais.

7.5. Resultados Globais

7.5.1. Contas Consolidadas

7.5.1.1. Evolução de Resultados

No exercício de 2015, o Grupo Transtejo apresentou um resultado antes de impostos negativo de 11.858 mil €, o que representa um agravamento do prejuízo de 91,9% face ao período homólogo, justificado essencialmente pelo agravamento do resultado operacional em 6.092 mil € (-473,5%).

Apesar de em 2015, o Grupo Transtejo ter dado continuidade à prossecução de uma política de contenção de custos, o que permitiu uma redução nos gastos operacionais de 2,846 mil € (-8,2%) face a 2014, a mesma não foi suficiente para permitir atenuar o efeito da redução dos rendimentos operacionais em 8.937 mil € (-26,7%), justificada principalmente pelo ganho obtido na Transtejo em 2014 de 5.564 mil € resultante da operação contabilística referente ao acordo de transmissão da propriedade do Terminal do Cais do Sodré, e a redução de 5.324 mil € de Indemnizações Compensatórias.

Tabela 18 - Resultados

(Milhares de €)

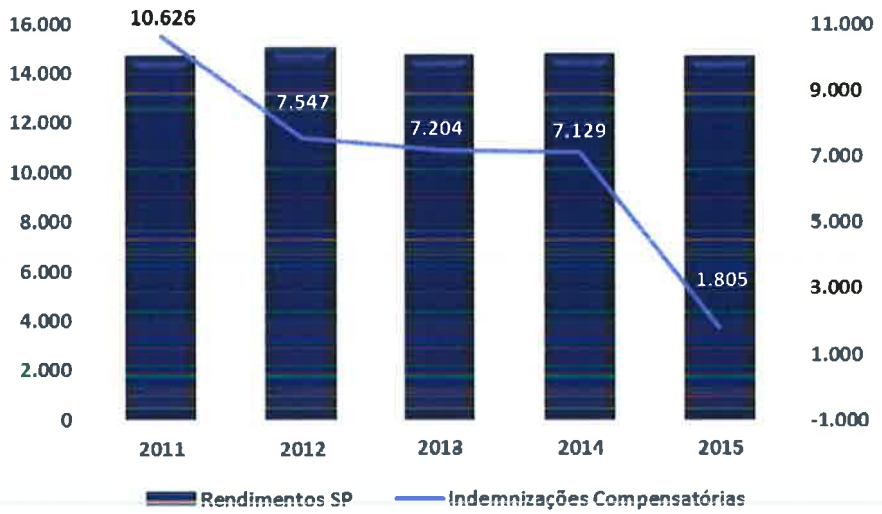
Resultados	2015	2014	2013	Var. 2015/2014	
				Abs.	%
Rendimento do Serviço Público	14 771	14 821	14 773	(50)	(0,3)
Outros Rendimentos	9 725	18 612	12 067	(8 887)	(47,7)
Total de Rendimentos Operacionais	**24 496**	**33 433**	**26 840**	**(8 937)**	**(26,7)**
Total de Gastos Operacionais	**31 875**	**34 720**	**37 883**	**(2 846)**	**(8,2)**
Resultado Operacional	**(7 378)**	**(1 287)**	**(11 043)**	**(6 092)**	**(473,5)**
EBITDA	(5 733)	1 239	(7 549)	(6 972)	(562,7)
Resultado Financeiro	**(4 480)**	**(4 892)**	**(8 860)**	**412**	**8,4**
Resultado antes de Impostos	**(11 858)**	**(6 179)**	**(19 903)**	**(5 680)**	**(91,9)**

O efeito contabilístico refletido no exercício de 2014 associado à operação relacionada com o Terminal do Cais do Sodré permitiu alcançar um EBITDA positivo (+1.239 mil €). No entanto, se expurgarmos esse mesmo efeito, o EBITDA em 2014 teria sido -4.325 mil €. Na análise comparativa do EBITDA de 2015 face a 2014 agora indicado, assinala-se um agravamento de 1.408 mil €.

7.5.1.2. Evolução dos Rendimentos Operacionais

Pelo exposto no gráfico abaixo, pode-se constatar a estabilidade da receita proveniente do serviço público de transporte, e o elevado impacto da redução das indemnizações compensatórias em 2015 nos Rendimentos Operacionais, pelas razões anteriormente referidas.

Gráfico 11 - Evolução dos Rendimentos Operacionais (10^3 €)



Da análise comparativa sobre os Rendimentos Operacionais, conforme detalhe apresentado na tabela seguinte, destacam-se os seguintes aspetos:

- Redução dos subsídios à exploração de 5.754 mil € (-73,6%) face a 2014, justificada essencialmente, pelo decréscimo em 5.324 mil € em Indemnizações Compensatórias, que no período foram limitadas a 1.805 mil € (1.515 mil € TT / 290 mil € SL). Esta rubrica contempla ainda compensações tarifárias referentes a títulos de transporte subsidiados pelo Estado (4_18, sub-23 e Social+), no montante de 259 mil € (61 mil € TT / 198 mil € SL).
- A atividade operacional relativa a alugueres (espaços comerciais, parques de estacionamento e espaços para publicidade), vendas de cartões passe e atividade turística, teve uma variação positiva de 433 mil €, resultante essencialmente, do acréscimo de receita relacionado com a atividade turística, concessionada à Carristur desde junho de 2015.
- Os ganhos em investimentos não financeiros referem-se, essencialmente, aos rendimentos resultantes da alienação de frota, nomeadamente:
- A variação negativa de 5.139 mil € em "Outros Rendimentos e Ganhos" deriva principalmente da operação contabilística referente ao acordo de transmissão da propriedade do Terminal do Cais do Sodré, já referida anteriormente, cujo efeito de 5.564 mil € não teve reflexo em 2015.
- Reversão de Provisões decorrente do reconhecimento na nova versão das Demonstrações Financeiras de 2015 dos eventos subsequentes, nomeadamente no que se refere a processos judiciais (nota 22 do anexo).

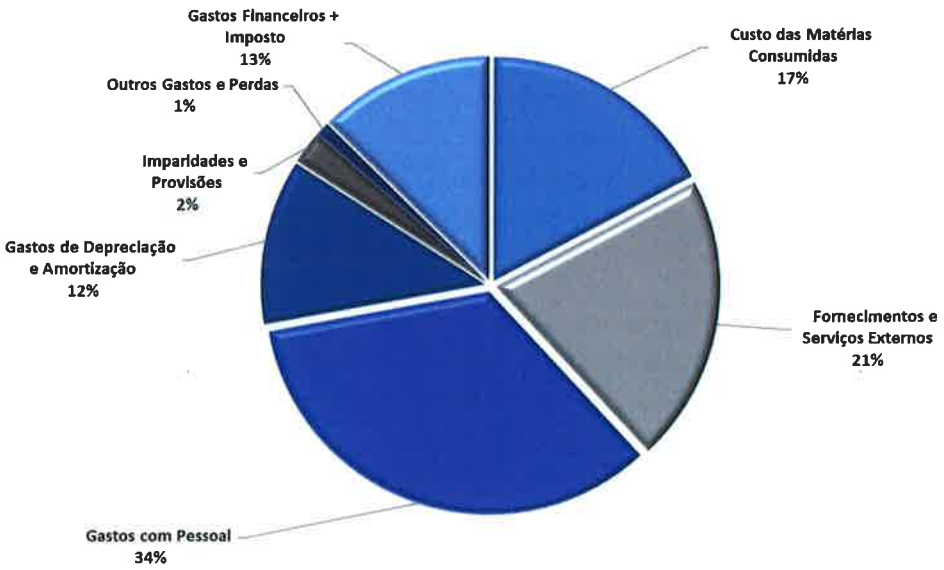
Tabela 19 - Contas Consolidadas - Evolução dos Rendimentos Operacionais (10^3 €)

(milhares de €)

Rendimentos Operacionais	2015	2014	2013	Var. 2015/2014	
				Abs.	%
Rendimento do Serviço Público	**14 771**	**14 821**	**14 773**	**(50)**	**(0,3)**
Subsídios à Exploração	**2 064**	**7 818**	**7 677**	**(5 754)**	**(73,6)**
Indemnizações Compensatórias	1 805	7 129	7 204	(5 324)	(74,7)
Compensações Tarifárias	259	389	341	(130)	(33,4)
Outros subsídios à exploração	-	300	132	(300)	(100,0)
Outros Rendimentos e Ganhos	**6 474**	**9 746**	**4 332**	**(3 272)**	**(33,6)**
Alugueres, vendas de cartões passe e Ativ. Turística	1 231	922	874	309	33
Ganhos em investimentos não financeiros	2 286	711	21	1 576	222
Subsídios ao Investimento (afetação ao período)	2 726	2 819	3 289	(92)	(3,3)
Outros	231	5 295	148	(5 064)	(95,6)
Reversões	**1 187**	-	-	**1 187**	-
Total	**24 496**	**32 385**	**26 782**	**(7 889)**	**(24,4)**

7.5.1.3. *Gastos Totais por Natureza*

Gráfico 12 - Contas Consolidadas - Estrutura de Gastos 2015



Na estrutura de gastos apresentada no gráfico anterior destacam-se com maior relevância as rubricas de "Gastos com Pessoal" e "Fornecimentos e Serviços Externos", que no seu conjunto representam 55% do total de Gastos.

Tabela 20 – Contas Consolidadas - Síntese de Gastos (10^3 €)

GASTOS	2015	2014	2013	Var. 2015/2014	
				Abs.	%
Custo das Matérias Consumidas	6 302	7 956	8 826	-1 654	-20,8
Fornecimentos e Serviços Externos	7 598	8 743	8 944	-1 145	-13,1
Gastos com Pessoal	12 391	11 650	12 927	741	6,4
Gastos de Depreciação e Amortização*	4 372	5 344	6 783	-972	-18,2
Imparidades e Provisões**	867	686	128	181	26,4
Outros Gastos e Perdas	344	340	274	4	1,1
Gastos Financeiros	4 522	4 989	8 899	-467	-9,4
(Imposto)	56	18	18	39	217,7
** Contas: 65 - Perdas por Imparidade + 67 - Provisões	**36 453**	**39 727**	**46 800**	**-3 274**	**-7,0**

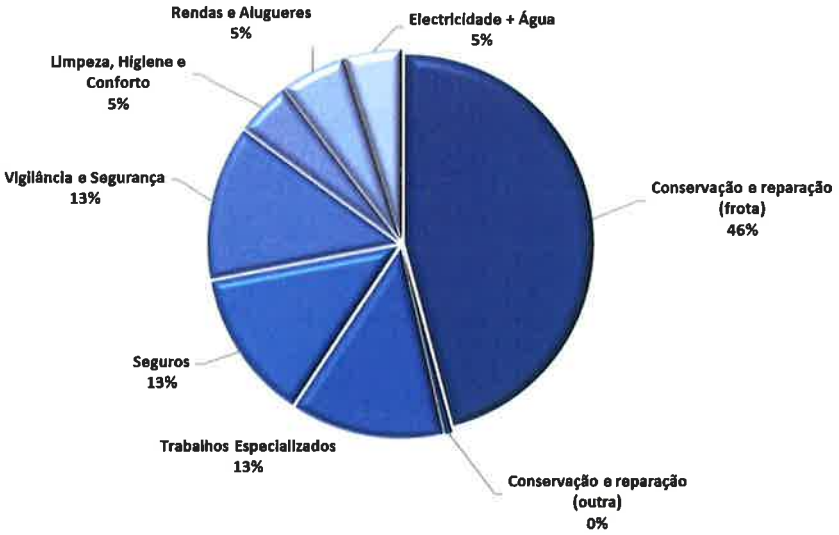
Na análise dos Gastos Operacionais registados no exercício, merecem referência as seguintes rubricas:

- **Custo das Matérias Consumidas (6.302 mil €)** – relativamente ao período homólogo, regista-se uma redução dos gastos com gasóleo (-21%, -1.540 mil €) e lubrificantes (-30%, -48 mil €). Destaca-se, no caso do combustível, a redução do preço médio por litro (-0,15€/L), situação que apesar do aumento das quantidades consumidas (+208 mil Litros relativamente a 2014), permitiu alcançar uma significativa redução de gastos face à série homóloga de 2013 a 2014.
  De salientar, que o aumento das quantidades consumidas reflete o agravamento das condições da frota. Destaca-se ainda que 2015 foi o primeiro ano completo de vigência do serviço de transporte de veículos na ligação Trafaria – Belém – Porto Brandão, transferido da ligação Cacilhas – Cais do Sodré. Esta alteração na oferta, implementada a partir de 26 de abril de 2014, refletiu-se no aumento de consumo de combustível associado ao maior percurso da ligação.

  Assinala-se ainda nesta rubrica uma redução no consumo de materiais de reparação e sobressalentes para navios (-72 mil €) e de material de reparações (-23 mil €), situação associada ao baixo grau de execução das rotinas de manutenção da frota e que se traduziu pela imobilização de parte significativa da frota, com consequências nas condições de operacionalidade futuras em 2016 e anos seguintes, devido à necessidade de efetuar operações de manutenção mais onerosas e demoradas.

- **Fornecimentos e Serviços Externos (7.598 mil €)** – apresenta uma redução de 1.145 mil € (-13,1%) face a 2014.

Gráfico 13 - Contas Consolidadas - Estrutura de FSE 2015



As rubricas evidenciadas no gráfico anterior representam cerca de 94% do total dos Fornecimentos e Serviços Externos, relevando os gastos de conservação e reparação da frota (43%).

Destacaram-se ainda, pelo seu peso, as rubricas de vigilância e segurança, trabalhos especializados, seguros e limpeza, higiene e conforto, que no seu conjunto representaram 41% do total dos FSE.

A principal variação face a 2014 registou-se em Conservação e reparação da frota de navios, com uma redução de 25% (-1.034 mil €). Esta natureza de gastos está associada ao plano de intervenção na frota de navios e pontões, contemplando os efeitos dos ciclos de manutenção preventiva dos motores principais, estando também sujeita a um conjunto de intervenções pontuais decorrentes de avarias ou situações imprevistas (intervenções inopinadas). Em 2015, devido a restrições orçamentais e insuficiência de meios financeiros, não foi possível proceder a algumas intervenções planeadas, tendo implicado o seu adiamento para 2016, com impactos ao nível da indisponibilidade de frota para operar.

O gráfico seguinte procura ilustrar a distribuição dos gastos de manutenção, com evidência da afetação à frota de cada empresa, destacando os navios que tiveram intervenções em 2015 de montante mais elevado.

Gráfico 14 - Distribuição dos Gastos de Manutenção da Frota no Grupo - 2015



- **Gastos com Pessoal (12.391 mil €):** registando um aumento relativamente ao período homólogo (+6,4%, 741 mil €), esta rubrica reflete os efeitos da reversão da norma de redução remuneratória ocorrida em 2015, conforme referido no ponto 6.3.

  O quadro seguinte apresenta o detalhe das rubricas de gastos com pessoal:

Tabela 21 - Contas Consolidadas - Gastos com Pessoal (10^3 €)

	2015	2014	2013	Var. 2015/2014 Abs.	Var. 2015/2014 %
Gastos com Pessoal	**12 391**	**11 650**	**12 578**	**741**	**6,4**
Remunerações dos Órgãos Sociais	203	167	166	36	21,3
Remunerações do Pessoal	8 207	8 128	8 641	79	1,0
Indemnizações	624	63	355	561	893,7
Encargos sobre Remunerações	2 116	2 076	2 200	40	1,9
Outros Gastos com Pessoal - Processamento	928	931	931	-3	-0,3
Gastos extra processamento*	313	285	285	28	10,0

*Inclui: seguros, fardamentos, formação, assistência médica e outros

  De salientar o aumento no valor referente a indemnizações por rescisão (+561 mil €), na sequência das saídas de 15 trabalhadores por mútuo acordo, no âmbito do programa de redução de efetivos (ver ponto 6.1.).

- **Gastos de Depreciação e Amortização (4.372 mil €):** regista-se uma redução face ao período homólogo (-18,2%, -972 mil €), refletindo o efeito da anulação das amortizações do exercício referentes aos navios alienados em 2015.

- **Imparidade e Provisões (867 mil €):** contempla imparidades registadas em dívidas a receber (6 mil €), inventários (224 mil €) e o reforço de provisões para processos judiciais em curso e matérias ambientais (643 mil €), sendo que grande parte destas últimas foram revertidas no próprio exercício tendo em consideração os eventos subsequentes ocorridos (nota 32 do anexo).

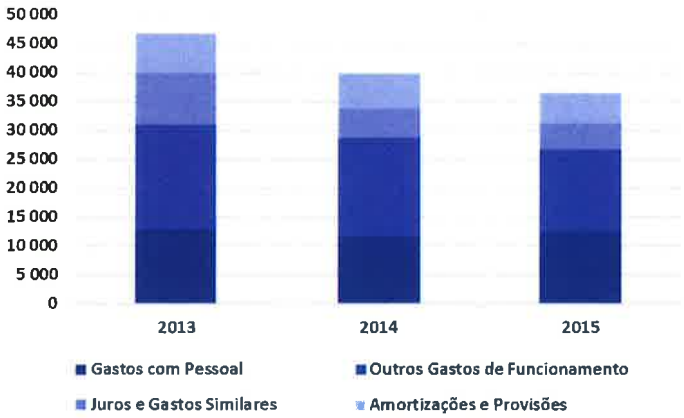
- **Gastos de Financiamento (4.522 mil €)**: a redução relativamente ao período homólogo (-9,4%, -467 mil €) deve-se, em grande parte, ao facto de em 2015 não serem aplicáveis juros por parte do Metropolitano de Lisboa, relativamente ao Terminal Fluvial do Cais do Sodré.

  De referir que, em 2015, os gastos de financiamento consolidados correspondem na totalidade aos juros de financiamentos de médio e longo prazo contabilizados nas contas individuais da Transtejo, considerando que o modelo de financiamento atual contempla apoio financeiro intragrupo.

O gráfico seguinte mostra a evolução registada pelas grandes rubricas de gastos no período de 2013 a 2015. À exceção da rubrica de gastos com pessoal, que teve um ligeiro aumento, pelas razões atrás mencionadas, todas as outras rubricas têm mantido o sentido descendente face a 2013, dado o esforço no cumprimento do objetivo

estabelecido no n.º 1 do artigo 61º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, através de medidas de otimização de recursos que permitam a redução nas principais rubricas de gastos operacionais.

Gráfico 15 - Evolução dos Gastos Totais (10^3 €)



Pelo exposto, e conforme se demonstra na tabela seguinte, o Grupo Transtejo superou o objetivo de redução dos gastos operacionais estabelecido para o período 2015/2010, em cumprimento no previsto no artigo acima mencionado (-15% no total de custos referido no quadro abaixo), atingindo a redução global de 20,78%.

Tabela 22 - Plano de Redução dos Gastos (10^3 €)

(milhares de €)

RUBRICAS	2015	2014	2010	Var. 2015/2010	
				Abs.	%
Consumos	6 302	7 956	8 338	(2 036)	(24,42)
Fornecimentos e serviços externos	7 598	8 743	10 758	(3 160)	(29,37)
Gastos com Pessoal	12 391	11 650	14 091	(1 700)	(12,07)
Total	**26 291**	**28 349**	**33 187**	**(6 896)**	**(20,78)**

7.6. Produtividade

O programa de redução de efetivos manteve-se no ano de 2015 com a saída de 22 colaboradores, sendo 7 afetos à área operacional (tripulantes). Apesar das dificuldades acrescidas no cumprimento do serviço programado, foi possível manter a evolução positiva do indicador de produtividade, seguidamente analisado.

Tabela 23 - Evolução da Produtividade

RUBRICAS	2015	2014	2013	Var. 2015/2014	
				Abs.	%
LKO (Lugares x km)/Efetivo Médio	977.532	950.927	926.505	26.605	2,80

A evolução positiva em termos de recursos disponíveis resulta essencialmente do reforço do processo de gestão integrada com a Carris e o Metropolitano de Lisboa, ao nível da integração dos colaboradores das áreas corporativas.

Relativamente à área operacional e apesar do défice de número de tripulantes existente, foi possível ao Grupo Transtejo superar a oferta programada em 5,7%, representando mais 24,5 milhões de Lugares x Km face ao estimado para 2015.



8. Governo Societário

Nos termos do novo regime jurídico do sector público empresarial, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, as empresas públicas estão obrigadas a elaborar, anualmente, um "Relatório de boas práticas de Governo Societário", no qual deverá constar informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas no Capítulo II - "Princípios de Governo Societário" do referido decreto-lei. Neste sentido, o Grupo Transtejo, dando cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 54.º do referido diploma, elabora um relatório de Governo Societário referente ao ano de 2015, que será publicado em documento autónomo.

Tabela 24 - Grelha-resumo das boas práticas de governação

	Relatório do Governo Societário	Identificação		Divulgação	
		S	N	S	N
I.	**Sumário Executivo**	√		√	
II.	**Missão, objetivos e políticas**	√		√	
III.	**Estrutura de Capital**	√		√	
IV.	**Participações Sociais e Obrigações legais detidas**	√		√	
V.	**Órgãos Sociais - Identificação e funcionamento**	√		√	
A.	Mesa da Assembleia Geral	√		√	
B.	Administração e supervisão	√		√	
C.	Fiscalização	√		√	
D.	Revisor Oficial de Contas	√		√	
E.	Auditor Externo	√		√	
VI.	**Organização Interna**	√		√	
A.	Estatutos e comunicações	√		√	
B.	Controlo interno e gestão de riscos	√		√	
C.	Regulamentos e códigos	√		√	
D.	Deveres especiais de informação	√		√	
E.	Sítio de internet	√		√	
F.	Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral	√		√	
VII.	**Remunerações dos Órgãos Sociais**	√		√	
A.	Competência para a determinação	√		√	
B.	Comissão de fixação de remunerações	√		√	
C.	Estrutura e divulgação das remunerações	√		√	
D.	Divulgação das remunerações	√		√	
VIII.	**Transações com partes relacionadas e Outras**	√		√	
IX.	**Análise da Sustentabilidade da Empresa nos domínios económico, social e ambiental**	√		√	
X.	**Avaliação do Governo Societário**	√		√	

Para além da informação sobre o governo da sociedade, que consta do documento acima mencionado, o Grupo Transtejo disponibiliza esta informação no sítio eletrónico da empresa, bem como no sítio eletrónico do setor empresarial do Estado - www.dgtf.pt - mantendo-a, periodicamente, atualizada.

9. Cumprimento das Orientações Legais

Dando cumprimento ao ofício-circular da Direção-Geral de Tesouro e Finanças - "Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2015", de 12 de fevereiro de 2016, apresenta-se detalhe da informação solicitada:

1.a) Objetivos de gestão

No âmbito dos Princípios de Governo Societário, o art.º 38º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, determina o conteúdo e exercício da função Acionista, integrando a definição de **orientações a aplicar no desenvolvimento da atividade empresarial**, e os **principais objetivos de gestão e resultados a alcançar pelos titulares dos Órgãos de Gestão, nomeados para cada triénio**.

O quadro seguinte inclui os indicadores de acompanhamento presentes no aditamento ao Plano de Atividades e Orçamento (PAO) de 2015 para o Grupo Transtejo, que serviram de suporte aos principais vetores da estratégia de sustentabilidade e objetivos operacionais originalmente incluídos no PAO 2015.

Tabela 25 - Indicadores de Acompanhamento 2015

	INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO	PAO 2015*	REAL 2015	Variação
1	**Consumo de combustível por LKO *(litros)***			
	Consumo de combustível (litros) / LKO - Lugares Km Oferecidos	0,026 L	0,025 L	-0,001 L
2	**Gastos de Manutenção por LKO (€)**			
	Gastos de Manutenção (€) / LKO - Lugares Km Oferecidos	0,012 €	0,008 €	-0,005 €
3	**Taxa de cobertura dos Gastos Operacionais**			
	Rendimentos Operacionais (Sem IC's) (€) / Gastos Operacionais (€)	54,0%	75,0%	21,0%
4	**Gastos Operacionais por Passageiro Transportado**			
	Gastos Operacionais (€) / Nº total Passageiros Transportados	2,10 €	1,58 €	-0,52 €
5	**Margem do EBITDA**			
	EBITDA (€) / Volume de Negócios	-86,9%	-45,9%	41,0%
6	**Índice Qualidade da Oferta *(a aferir após desempenho)***			
a)	**Nº Reclamações por mil PT**		0,08	
b)	**Regularidade**		98,9%	
c)	**Nº acidentes com passageiros por mil PT**		0,002	

*Aditamento

De acordo com o quadro acima, é possível fazer as seguintes considerações relativamente aos vetores da estratégia de sustentabilidade apoiados nos indicadores de acompanhamento:

- **Prestar um serviço público de qualidade** (Indicador 6) - ainda que não tenha sido definido objetivo para 2015 nas várias componentes deste indicador, é possível afirmar que (a) o n.º de reclamações por mil PT e o n.º de acidentes com passageiros por mil PT são baixas e que (b) a regularidade, determinada pela percentagem de viagens realizadas face às planeadas, ultrapassou os 100%, o que é bastante positivo;

- **Promover o consumo eficiente de recursos** (Indicadores 1, 2 e 4) - os indicadores de consumo de combustível por LKO, gastos de manutenção por LKO e gastos operacionais por passageiro transportado apresentam melhorias face ao previsto;

- **Criar valor para o Acionista** (Indicadores 3 e 5) - a taxa de cobertura dos Gastos Operacionais e a margem do EBITDA apresentam variações positivas face ao previsto.

1.b) Gestão do Risco Financeiro e Limites Máximos de Endividamento

A divulgação prevista no Despacho n.º 101/09-SETF, de 30 de janeiro, relativa à evolução dos gastos de financiamento e da taxa de juro anual dos último 5 anos, encontra-se no quadro abaixo:

Tabela 26 - Encargos Financeiros (2011-2015)

Anos	2015	2014	2013	2012	2011
Encargos Financeiros (€)	4.465.975	4.988.976	7.177.240	8.529.820	5.931.619
Taxa Média de Financiamento (%)	1,41%	1,72%	1,89%	n.d.	n.d.

Nos termos da Lei nº 82-B/2014 de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2015, o limite máximo de crescimento do endividamento das empresas públicas, considerando o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado, foi fixado em 3%.

Tabela 27 - Passivo Remunerado 2013-2015

Passivo Remunerado	2015	2014	2013	Variação 15/14	
	Valores (€)			Valor	%
Financiamentos Obtidos (Correntes e Não Correntes)	193.305.878	181.608.178	173.625.000	11.697.700	6,44
- dos quais concedidos pela DGTF	138.305.878	126.608.178		11.697.700	9,24
Aumentos de Capital por Dotação	1.409.345	1.873.965		-464.620	-24,79
Aumentos de Capital por conversão de créditos		1.964.910		-1.964.910	-100
Endividamento Ajustado	194.715.223	185.447.053	173.625.000	9.268.170	5,00

Aplicação da fórmula do "limite máximo de crescimento do endividamento":

$$Var.do\ Endividamento = \frac{((FR_{n+1} - FR_n) + (Aumento\ de\ Capital\ por\ CC_{n+1} + Aumento\ de\ Capital\ para\ SD_{n+1} + Aumento\ para\ CI_{n+1})}{(FR_n + \sum_{2013}^{n} Aumento\ de\ Capital\ por\ CC + \sum_{2013}^{n} Aumento\ de\ Capital\ para\ SD + \sum_{2013}^{n} Aumento\ de\ Capital\ para\ CI)}$$

$$\frac{(11.697.700 + 1.409.345)}{(181.608.178 + 3.838.875)} = 7,07\%$$

Deste modo, o Grupo Transtejo não contribuiu em 2015 para o objetivo determinado na Lei do OE, de não agravamento superior a 3% dos níveis de endividamento do setor público empresarial.

1.c) Prazo médio de pagamentos (PMP)

A evolução do Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril é a que consta da tabela abaixo.

Tabela 28 - PMP 2014-2015

PMP	2015	2014	Variação 15/14	
			Valor	%
Prazo (dias)	62	78	-15	-19,85

Ao longo do exercício 2015 foi efetuada uma criteriosa gestão de tesouraria e das dotações orçamentais disponíveis para efetuar Despesa, considerado o objetivo de não agravamento dos prazos de pagamento para além das datas de vencimento acordadas com os fornecedores (60 dias).

Salienta-se que o apuramento deste indicador é influenciado pelos dados históricos dos 12 meses decorridos anteriormente, pelo que no final de 2015 se projetava dar continuidade ao cumprimento mensal deste objetivo e alcançar melhorias no PMP.

1.d) Pagamentos em atraso ("*arrears*")

Mapa demonstrativo da posição em 31-12-2015 das contas a pagar, com evidência das dívidas vencidas e dos pagamentos em atraso, conforme definido no Decreto-Lei n.º 65-A/2011 de 17 de maio.

	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o Art.º1º DL 65-A/2011 (€)			
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	475.829	16.804	0	0	0
Aq. de Capital	0	0	0	0	0
Total	475.829	16.804	0	0	0

O controlo dos Pagamentos em Atraso é um dos requisitos críticos da aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA)[12], aplicáveis às sociedades Transtejo e Soflusa a desde de janeiro de 2014, em consequência da reclassificação destas entidades no perímetro de consolidação das contas públicas, como Serviços e Fundos Autónomos.

Para efeitos do cálculo dos Fundos Disponíveis, é determinante a avaliação da condição da entidade, no âmbito da detenção ou não de pagamentos em atraso, em conformidade com o disposto na LCPA.

1.e) Recomendações do Acionista

No cumprimento dos deveres especiais de informação e das recomendações periodicamente remetidas pelo acionista, o Grupo Transtejo reporta atempadamente toda a informação e esclarecimentos solicitados.

Na sequência da deliberação do acionista na Assembleia Geral de aprovação das contas do exercício de 2009, o Grupo deu continuidade aos trabalhos necessários à reformulação do teor do Protocolo - Interface do Cais do Sodré - Terminal Fluvial, assinado com o Metropolitano de Lisboa em 01.09.2009.

No exercício de 2014 foi reforçada a análise desta situação, envolvendo a apreciação das várias perspetivas das entidades envolvidas neste processo, nomeadamente a Transtejo, o Metropolitano de Lisboa e o Estado, representado pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças. Deste modo, foi possível celebrar um acordo entre as partes, formalizando novo Protocolo regulando os termos e condições mediante os quais se concretizou, no final daquele exercício, a operação de transferência do referido Terminal Fluvial para o Estado. Esta operação, com relevantes impactos financeiros e patrimoniais encontra-se abordada com maior profundidade no capítulo 5.6 do Relatório de Gestão e contas consolidadas do exercício 2014.

1.f) Remunerações dos órgãos sociais

Mesa da Assembleia Geral

Não tendo ocorrido em 2015 a Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício 2014, não foi auferida no ano qualquer remuneração pelos membros deste Órgão Social.

Tabela 29 - Remunerações da Mesa da Assembleia Geral (até 7 de julho)

Mandato (Inicio – Fim)	Cargo	Nome	Designação Legal da Atual Nomeação	Nº de mandatos / Observações	Valor da senha fixada (€)	Remuneração Anual 2015 (€)			
						Bruto (1)	Reduções remuneratórias (2)	Reversão remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1) – (2) – (3)
2008-2010	Presidente	Dr. António Manuel Veiga dos Santos Mendonça Mendes	Assembleia-Geral 17/07/2008	Em funções até 07-07-2015	557,96	0,00	0,00	0,00	0,00
2008-2010	Vice-Presidente	Dr. Félix Nascimento Esteves	Assembleia-Geral 17/07/2008	Em funções até 07-07-2015	340,16	0,00	0,00	0,00	0,00
2008-2010	Secretário	Dra. Tânia Rodrigues Nascimento	Assembleia-Geral 17/07/2008	Em funções até 07-07-2015	279,54	0,00	0,00	0,00	0,00

[12] O Art.º 3 da LCPA (Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro), estabelece como «Pagamentos em atraso» as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura.

Tabela 30 - Remunerações da Mesa da Assembleia Geral (após 8 de julho)

Mandato (Inicio – Fim)	Cargo	Nome	Designação Legal da Atual Nomeação	Nº de mandatos / Observações	Valor da senha fixada (€)	Remuneração Anual 2015 (€)			
						Bruto (1)	Reduções remuneratorias (2)	Reversão remuneratoria (3)	Valor Final (4) = (1) – (2) – (3)
2015-2017	Presidente	Dr. Pedro Miguel Nascimento Ventura	DUE 08-07-2015	n.a.	500	0,00	0,00	0,00	0,00
2015-2017	Vice-Presidente	Dra. Tânia Rodrigues Nascimento	DUE 08-07-2015	n.a.	425	0,00	0,00	0,00	0,00
2015-2017	Secretário	Dr. André Bernardo de Lemos Alves	DUE 08-07-2015	n.a.	350	0,00	0,00	0,00	0,00

Conselho de Administração (01-01-2015 a 07-01-2015)

Tabela 31 - Identificação dos Membros do Conselho de Administração (até 7 de janeiro)

Mandato (Inicio – Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO	
			Forma	Data	Identificação Entidade	Pagadora [O/D]
2008-2010	Presidente	Engº João António da Silva Pintassilgo	Assembleia-Geral 17/07/2008	n.a. / Mantêm-se em funções	EDP	Transtejo
2008-2010	Vogal	Dr.ª Maria Elisa Silva Saloio	Assembleia-Geral 17/07/2008	n.a / Renunciou em 01/02/2011	-	-
2008-2010	Vogal	Dr. Isidro Durão Heitor	Assembleia-Geral 17/07/2008	n.a. / Mantêm-se em funções	n.a.	n.a.

Nota: OPRLO – Opção pela Remuneração do Lugar de Origem; O/D: Origem/Destino

Tabela 32 - Acumulação de funções dos Membros do Conselho de Administração (até 7 de janeiro)

Membro do CA (Nome)	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime (Público/Privado)
Engº João António da Silva Pintassilgo	Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.	Presidente do Conselho de Administração	Público
	AATF - Associação dos Armadores do Tráfego Fluvial	Presidente da Mesa da Assembleia Geral	n.d.
Dr. Isidro Durão Heitor	Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	Público
	OTLIS, ACE	Vogal do Conselho de Administração	Público
	AATF - Associação dos Armadores do Tráfego Fluvial	Presidente do Conselho Fiscal	n.d.

Tabela 33 - Estatuto do Gestor Público (até 7 de janeiro)

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado	Classificação	Valores mensais Bruto (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Remuneração Mensal	Despesas de Representação
Engº João António da Silva Pintassilgo	S	C	5.837,26	0,00
Dr. Isidro Durão Heitor	S	C	4.689,47	0,00

Nota: EGP – Estatuto do Gestor Público

Tabela 34 - Remuneração Anual (até 7 de janeiro)

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)					
	Variável *	Fixa **	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1) – (2) + (3)
Engº João António da Silva Pintassilgo	246,51	23.377,26	2.218,40	2.047,65	247,72	418,47
Dr. Isidro Durão Heitor	246,51	18.575,96	1.782,00	1.628,64	198,99	352,35

Tabela 35 - Benefícios Sociais (até 7 de janeiro)

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo anual da entidade		Outros	
Engº João António da Silva Pintassilgo	9,13	246,51	TSU	4.371,62				
Dr. Isidro Durão Heitor	9,13	246,51	TSU	3.473,52				

Tabela 36 - Gastos com Comunicações Móveis (até 7 de janeiro)

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Engº João António da Silva Pintassilgo	100	0	
Dr. Isidro Durão Heitor	100	0	

Tabela 37 - Encargos com Viaturas (até 7 de janeiro)

Encargos com viaturas									
Membro do CA (Nome)	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano termo	Valor da Renda Mensal	Valor Anual com rendas	Prestações contratuais Remanescentes
	[S/N]	data	[€]	Identificar			[€]	[€]	[n.º]
Engº João António da Silva Pintassilgo	S		41.507,00	Renting	2009	2013			
Dr. Isidro Durão Heitor	S		38.218,00	Renting	2009	2013			

* Em 2014, considerando a perspetiva de nomeação de novos órgãos a curto prazo, foi prolongado o contrato de renting das viatutas em utlização pelos membros do CA

Tabela 38 - Gastos anuais associados a viaturas (até 7 de janeiro)

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal definido para combustível e portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)				
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro	Observações
Engº João António da Silva Pintassilgo	313,17					
Dr. Isidro Durão Heitor	313,17					

Tabela 39 - Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (até 7 de janeiro)

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (∑)
				Identificar	Valor	
Engº João António da Silva Pintassilgo						0,00
Dr. Isidro Durão Heitor						0,00

Conselho de Administração (08-01-2015 a 31-12-2015)

Tabela 40 - Identificação dos Membros do Conselho de Administração (após 8 de janeiro)

Mandato (Inicio – Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO	
			Forma	Data	Identificação Entidade	Pagadora [O/D]
2015-2017	Presidente	Eng. Rui Lopes Loureiro	RCM	08-01-2015	n.a	D
2015-2017	Vogal -1	Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	RCM	08-01-2015	n.a	D
2015-2017	Vogal -2	Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos	RCM	08-01-2015	n.a	D
2015-2017	Vogal -3	Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	RCM	08-01-2015	n.a	D
2015-2017	Vogal -4	Dr. José Rui Roque	RCM	08-01-2015	n.a	D

(1) RCM – Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2015, de 14 de janeiro.

Nota: OPRLO – Opção pela Remuneração do Lugar de Origem; O/D: Origem/Destino

Tabela 41 - Acumulação de funções dos Membros do Conselho de Administração (após 8 de janeiro)

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime (Público/Privado)
Eng. Rui Lopes Loureiro	CARRISTUR – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade unipessoal, Lda.	Gerente	Público
	CARRISBUS – Manutenção, Reparação e Transportes, S.A.	Presidente	Público
	FERCONSULT – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A.	Presidente	Público
	METROCOM – Exploração de Espaços Comerciais, S.A.	Presidente	Público
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	CARRISTUR – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade unipessoal, Lda.	Gerente	Público
	FERCONSULT – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A.	Vogal	Público
	TREM – Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	Vogal	Público
	TREM II – Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	Vogal	Público
Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos	CARRISBUS – Manutenção, Reparação e Transportes, S.A.	Vogal	Público
	FERCONSULT – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A.	Vogal	Público
	TREM – Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	Vogal	Público
	TREM II – Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	Vogal	Público
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	CARRISTUR – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade unipessoal, Lda.	Gerente	Público
	METROCOM – Exploração de Espaços Comerciais, S.A.	Vogal	Público
Dr. José Rui Roque	CARRISBUS – Manutenção, Reparação e Transportes, S.A.	Vogal	Público
	METROCOM – Exploração de Espaços Comerciais, S.A.	Vogal	Público

Tabela 42 - Estatuto do Gestor Público (após 8 de janeiro)

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado	Classificação	Valores mensais Bruto (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Remuneração Base	Despesas de Representação
Eng. Rui Lopes Loureiro	S	A	1.907,58	763,03
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	S	A	1.526,07	610,43
Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos	S	A	1.526,07	610,43
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	S	A	1.526,07	610,43
Dr. José Rui Roque	S	A	1.526,07	610,43

Nota: EGP – Estatuto do Gestor Público

Tabela 43 - Remuneração Anual (após 8 de janeiro)

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)					
	Variável *	Fixa **	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1) – (2) + (3)
Eng. Rui Lopes Loureiro	0,00	35.223,72	35.223,72	5.107,33	669,22	30.785,61
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	0,00	28.164,42	28.164,42	4.038,98	526,13	24.651,57
Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos	0,00	28.178,83	28.178,83	4.084,72	535,14	24.629,25
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	0,00	28.178,83	28.178,83	4.086,04	535,40	24.628,19
Dr. José Rui Roque	0,00	28.178,83	28.178,83	4.084,72	535,14	24.629,25

Tabela 44 - Benefícios Sociais (após 8 de janeiro)

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Outros	
	Valor / dia	Montante pago Ano	Identificar	Valor			Identificar	Valor
Eng. Rui Lopes Loureiro	9,54	639,18	SS	7.391,96			Seguros Acidentes Trabalho	177,33
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	9,54	773,56	SS	5.907,05			Seguros Acidentes Trabalho	141,71
Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos	9,54	604,20	SS	5.920,08			Seguros Acidentes Trabalho	142,06
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	9,54	731,92	SS	5.898,58			Seguros Acidentes Trabalho	141,51
Dr. José Rui Roque	9,54	690,06	SS	5.925,88			Seguros Acidentes Trabalho	142,18

Tabela 45 - Gastos com Comunicações Móveis (após 8 de janeiro)

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Eng. Rui Lopes Loureiro	40	0	
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	40	13,85	
Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos	40	15,77	
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	40	17,23	
Dr. José Rui Roque	40	32,40	

Tabela 46 - Encargos com Viaturas (após 8 de janeiro)

Membro do CA (Nome)	Encargos com viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano início	Ano termo	Valor da Renda Mensal	Valor Anual com Rendas	Prestações contratuais Remanescentes
	[S/N]	data	[€]	[identificar]			[€]	[€]	[n.º]
Eng. Rui Lopes Loureiro (1)	S	20-01-2010	42.750,00	ALD	2010	2014			
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas (3)	S	16-06-2011	26.317,93	ALD	2011	2014			
Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos (2)	S	15-01-2015	42.520,48	ALD	2015	2018	202,41	315,04	24
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo (1)	S	05-08-2010	42.822,00	ALD	2010	2014			
Dr. José Rui Roque (2)	S	05-03-2010	45.305,00	ALD	2010	2015	312,70	365,30	0

(1) Viatura utilizada pertencente à Carris, adquirida no final do contrato
(2) Viatura utilizada pertencente à Carris, em regime ALD
(3) Viatura utilizada pertencente ao Metro

Tabela 47 - Gastos anuais associados a viaturas (após 8 de janeiro)

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal definido para combustível e portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)				
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro	Observações
Eng. Rui Lopes Loureiro	190,76	216,62	65,22	324,98	24,59	
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	152,61	148,04	64,89			
Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos	152,61	101,07		3,66		
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	152,61	100,93	37,94	24,20	22,11	
Dr. José Rui Roque	152,61	138,64	60,89	502,83	52,93	

Tabela 48 - Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (após 8 de janeiro)

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
Eng. Rui Lopes Loureiro			212,90			212,90
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas			85,28			85,28
Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos			16,79			16,79
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo						0,00
Dr. José Rui Roque						0,00

Conselho Fiscal

Tabela 49 - Identificação e Estatuto Remuneratório dos Membros do Conselho Fiscal (até 7 de julho)

Mandato (início – fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal [€]
			Forma	Data	
2008-2010	Presidente	Dra. Mª Teresa Figueiredo Alves Carvalho	Assembleia-Geral 17/07/2008	Em funções até 07-07-2015	1.090,52 x 14
2008-2010	Vogal Efetivo	Dra. Alexandra Maria Brito Carvalho	Assembleia-Geral 17/07/2008	Em funções até 07-07-2015	817,89 x 14
2008-2010	Vogal Efetivo	Dr. Carlos Lipari Garcia Pinto	Assembleia-Geral 17/07/2008	Em funções até 07-07-2015	817,89 x 14
2008-2010	Vogal Suplente	Dr. Carlos Alberto Dores Costa	Assembleia-Geral 17/07/2008	n.a. / Renunciou em 01/05/2013	n.a.

Tabela 50 - Identificação e Estatuto Remuneratório dos Membros do Conselho Fiscal (após 8 de julho)

Mandato (início – fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal [€]
			Forma	Data	
2015-2017	Presidente	Dra. Maria Teresa Figueiredo Alves Carvalho	DUE	08-07-2015	1.281,90 x 14
2015-2017	Vogal Efetivo	Dra. Alexandra Maria Brito Carvalho *	DUE	08-07-2015	961,42 x 14
2015-2017	Vogal Efetivo	Dr. Carlos Lipari Garcia Pinto **	DUE	08-07-2015	961,42 x 14
2015-2017	Vogal Suplente	Dra. Ana Elisabete de Assunção Militão ***	DUE	08-07-2015	961,42 x 14

* Renunciou a 30.07.2015, com efeitos a 31.08.2015

** Renunciou a 16.09.2015, com efeitos a 31.10.2015

*** Face às renúncias verificadas após as nomeações de 08-07-2015, foi nomeada Vogal Efetiva, com efeitos a partir de 01-11-2015

Tabela 51 - Remuneração Anual dos Membros do Conselho Fiscal

Nome	Remuneração Anual 2015 (€)			
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1) – (2) + (3)
Dra. Mª Teresa Figueiredo A. Carvalho	14.213,86	1.160,36	290,00	13.343,50
Dra. Alexandra Maria Brito Carvalho	7.360,65	600,88	150,26	6.910,03
Dr. Carlos Lipari Garcia Pinto	9.010,45	735,56	183,94	8.458,83
Dra. Ana Elisabete de Assunção Militão	1.650,15	134,68	33,68	1.549,15

Revisor Oficial de Contas

Tabela 52 - Identificação do ROC

Mandato (Início – Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidos no grupo
		Nome	N.º de inscrição na OROC	N.º Registo na CMVM	Forma	Data	Contratada	
2015-2017	Efetivo	Barbas, Martins, Mendonça e Associados, SROC representado por Dr. Victor Manuel do Carmo Martins (ROC n.º 456)	100	8968	DUE	29-08-2008		8
2015-2017	Suplente	Dr. José Luís Mesquita Barbas	100	8968	DUE	29-08-2008		8

Tabela 53 - Remuneração do ROC

Nome	Remuneração Anual 2015 (€)			
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1) – (2) + (3)
Barbas, Martins, Mendonça e Associados, SROC	24.030,00	0,00	0,00	24.030,00

1.g) Remunerações do Auditor Externo

Tabela 54 - Identificação e Remuneração Anual do Auditor Externo

Identificação do Auditor Externo (SROC/ROC)			Data da contratação		Remuneração Anual [€]			
Nome	N.º inscrição na OROC	N.º Registo na CMVM	Data	Período	Valor da Prestação de Serviços Contratada (a)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1) – (2) + (3)
Deloitte & Associados, SROC S.A.	43	231	n.d.	n.d.	15.040			15.040

(a) Valor correspondente à prestação de Serviços a cada uma das empresas do Grupo, no montante de 7.520€

1.h) Remunerações dos restantes trabalhadores

No cumprimento do disposto da Lei 82-B/2014 (Lei do OE2015) não foram efetuadas em 2015 quaisquer valorizações remuneratórias aos trabalhadores das sociedades que compõem o Grupo Transtejo.

Conforme referido no ponto 6.3., em 2015 foi dado cumprimento à aplicação da norma de redução remuneratória temporária prevista na lei do OE2015, que remete para a Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, prevendo a reversão de 20% a partir do processamento salarial de janeiro de 2015.

Tabela 55 - Remunerações ao Pessoal (sem Órgãos Sociais) e reduções remuneratórias 2010-2015

milhares de €

	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Remunerações do Pessoal * (sem Órgãos Sociais)	**11 240**	**11 135**	**11 806**	**11 417**	**11 932**	**13 114**
Reduções decorrentes de alterações legislativas	109	259	120	562	144	0

**Inclui Encargos da entidade patronal / exclui indemnizações por rescisão contratual*

1.i) Despesas não documentadas

O Grupo Transtejo cumpriu o disposto no n.º 2 do artigo 16º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, não tendo realizado despesas não documentadas.

1.j) Princípio de Igualdade de Género

Informação divulgada no Ponto 6.2. - Princípio de Igualdade de Género deste Relatório.

1.k) Contratação Pública

Em 2015 o Grupo Transtejo aplicou o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, à contratação pública que se encontra submetida a esse regime.

1.l) Relatório Anual sobre Prevenção da Corrupção

O Grupo Transtejo tem aprovado e implementado, desde 28 de Janeiro de 2010, um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC), dando cumprimento à Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção de 1 de julho de 2009, onde se identificam as áreas que potencialmente podem ser sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como os principais riscos daí decorrentes, os controlos instituídos que visam a sua mitigação e prevenção, os seus impactos e a sua probabilidade de ocorrência.

Anualmente, deve ser elaborado um Relatório de Execução do referido plano. No entanto, face às alterações na Estrutura Organizacional e a reafectação de atribuições das várias unidades Orgânicas, no fanal do exercício de 2015 o referido Relatório de Execução encontrava-se em fase de aprovação.

1.m) Sistema Nacional de Compras Públicas (SNPC)

Nesta matéria, desde 2010 que o Grupo Transtejo implementa as medidas previstas no Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) 2010-2013, tendo aderido voluntariamente ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP).

Ao abrigo dos Acordos Quadro geridos pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública (ESPAP), IP., foi concluído o procedimento pré-contratual relativo à aquisição de serviços de limpeza e

fornecimento de produtos de higiene para o Grupo Transtejo (Acordo Quadro de 17 de agosto de 2010). Foi igualmente efetuado procedimento com vista à contratação de serviços de vigilância e segurança humana (Acordo Quadro de 15 de abril de 2010) tendo sido concretizada em 2014 a celebração do respetivo contrato.

De referir que, no âmbito do novo modelo organizacional, a área de Gestão Corporativa responsável pela Logística passou a centralizar os procedimentos de contratação das várias empresas, procurando, sempre que possível, obter as melhores condições na aquisição de bens e serviços para as empresas Carris, Metro, Transtejo e Soflusa, procedendo à contratação com recurso à modalidade de agregação de entidades adjudicantes.

1.n) Frota Automóvel

No cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 61.º da Lei nº 82-B/2014 de 31 de dezembro, manteve-se em 2015 o esforço de redução de gastos associados à gestão da frota de veículos do Grupo. No final de 2015 a frota do Grupo Transtejo era composta por 15 unidades.

Os gastos associados à gestão da frota de veículos apresentam-se detalhadamente na tabela seguinte:

Tabela 56 - Indicadores da Frota Automóvel - 2015

Frota Automóvel	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Nº Veículos	15	16	17	20	21	21
Gastos:						
Combustível	14.339	22.761	29.532	31.233	26.789	33.669
Conservação e Reparação	11.478	13.694	20.331	16.196	18.972	21.352
Rendas	729	20.961	27.029	31.087	31.457	30.366
Seguros	9.708	10.021	12.670	15.017	15.560	16.491
Impostos	1.017	990	772	630	714	903
Total Gastos	**37.271**	**68.426**	**90.334**	**94.163**	**93.492**	**102.780**

1.o) Plano de Redução de Gastos Operacionais

A Circular Série A n.º 1376 da Direção-Geral do Tesouro e Finanças referente às "Instruções para a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2015" estabeleceu os seguintes "Princípios Financeiros" de referência para o exercício, em conformidade com o estabelecido no artigo 60.º da proposta de Lei do OE2015, e que mais tarde foi determinado no artigo 61º da Lei nº 82-B/2014 de 31 de dezembro:

- EBITDA tendencialmente nulo (para as empresas deficitárias);
- Redução de custos operacionais (CMVMC + FES + Gastos com Pessoal, sem indemnizações por rescisão contratual), no seu conjunto, em 15% relativamente a 2010.
- Manutenção dos gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento e comunicações, ao nível do real de 2014;

A concretização do cenário de otimização previsto, decorrente da fusão por integração da Soflusa na Transtejo, pressuposto que tem vindo a ser considerado nas propostas de Instrumentos Previsionais de Gestão (IPG) desde 2010, teria facilitado o atingir dos limites de despesa máxima fixados.

Não obstante a ausência de desenvolvimentos desse processo no ano de 2015, foi mantido o foco da gestão na aplicação de medidas de contenção de gastos de funcionamento, procurando dar cumprimento às medidas estabelecidas. O desempenho do Grupo Transtejo no exercício 2015 foi o seguinte:

Tabela 57 – Avaliação cumprimento PRC - 2015

€

PRC	Meta	REAL						2015/2014		2015/2010	
		2015	2014	2013	2012	2011	2010	Δ Valor	Δ %	Δ Valor	Δ %
1. EBITDA (milhares de €):		-5 732 781	1 239 043	-7 548 722	-8 292 785	-9 071 899	-4 346 741	-6 971 824	92%	-1 386 040	32%
2. CMVMC		6 301 968	7 956 050	8 826 334	9 888 568	11 036 937	8 338 143	-1 654 081	-19%	-2 036 175	-24%
3. FSE		7 598 373	8 743 478	8 943 713	9 998 634	9 917 915	10 758 357	-1 145 105	-13%	-3 159 984	-29%
3.1. Deslocações / Estadas	≤2014	886	752	4 661	7 522	12 628	13 941	134	3%	-13 056	-94%
3.2. Ajudas de Custo	≤2014	0	0	0	0	0	0	0	--	0	--
3.3. Comunicações	≤2014	20 012	33 676	41 978	100 790	135 117	131 233	-13 663	-33%	-111 220	-85%
4. GASTOS COM PESSOAL		12 390 776	11 649 573	12 926 817	12 327 327	12 717 677	14 090 723	741 203	6%	-1 699 947	-12%
4.1. Indemnizações	n.a.	624 064	62 800	354 819	146 785	10 476	44 066	561 264	158%	579 999	1316%
5. Controlo GASTOS (2.)+(3.)+(4.)-(4.1.)	-15% vs 2010	25 667 053	28 286 301	30 342 045	32 067 744	33 662 053	33 143 157	-2 619 248	-9%	-7 476 104	-23%
6. VOLUME DE NEGÓCIOS		14 770 905	14 821 242	14 773 085	15 084 256	14 743 833	13 970 015	-50 337	0%	800 890	6%
7. % GASTOS / VOL. NEGÓCIOS (5.)/(6.)		174%	191%	205%	213%	228%	237%				
8. VOL. NEGÓCIOS / N.º TRABALHADORES		32 824	31 401	30 842	29 635	29 023	26 309	1 423	5%	6 515	25%

1.p) Redução do número de efetivos e de cargos dirigentes

Tabela 58 – Controlo do número de Efetivos e Cargos Dirigentes - 2015

PRC	Meta	REAL						2015/2014		2015/2012	
		2015	2014	2013	2012	2011	2010	Δ Valor	Δ %	Δ Valor	Δ %
1. Número RH (inclui Órgãos Sociais)	-3% vs 2012	460	482	489	519	518	542	-22	-4%	-59	-11%
2. Nº Efetivos (sem órgãos sociais)		450	472	479	509	508	531	-22	-5%	-59	-12%
3. Nº Cargos Direção		6	11	12	13	12	13	-5	-42%	-7	-54%
4. Nº Efetivos /Nº Cargos Direção (1.)/(3.)		75,0	42,9	39,9	39,2	42,3	40,8				
5. Nº Viaturas (parque automóvel)		15	16	17	20	21	21	-1	-6%		
6. Total Gastos com viaturas		37.271 €	68.426 €	90.334 €	94.163 €	93.492 €	102.780 €	-31.155 €	-34%		

1.q) Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

No cumprimento do disposto na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, as empresas Transtejo e Soflusa procederam à abertura de conta na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, IGCP, E.P.E. (IGCP), no âmbito do cumprimento do Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado (UTE).

Conforme previsto no artigo 125.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, as empresas do Grupo procuram manter as suas disponibilidades no IGCP, situação que se demonstra no quadro seguinte:

Tabela 59 - Cumprimento Princípio UTE

Total Disponibilidades a 31-12-2015	**6.628.728 €**	
Depositadas no IGCP	6.488.524 €	97,88%
Outras	140.203 €	

Não obstante as sociedades que compõem o Grupo Transtejo disporem de contas à Ordem junto do IGCP conforme acima indicado, a especificidade da atividade comercial das duas sociedades compreende um conjunto de atividades e serviços que o IGCP não se encontra vocacionado para disponibilizar, nomeadamente:

- Recolha, tratamento e depósito de receita de bilheteira e máquinas de venda automática;
- Abastecimento de trocos às máquinas e bilheteiras dos terminais e estações fluviais;
- Gestão dos terminais POS instalados pela SIBS em condições comerciais favoráveis;
- Emissão e gestão de garantias bancárias;
- Instalação de terminais MB nas estações e terminais fluviais;
- Intermediação financeira nos casos do empréstimo obrigacionista e Instrumento de Gestão de Risco Financeiro contratados pela Transtejo em 2007.

Considerando que a aplicação do princípio da UTE pode ser excecionada[13] em casos devidamente fundamentados, mediante autorização do titular da função acionista, o Conselho de Administração submeteu à apreciação da Direção Geral do Tesouro e Finanças e ao IGCP um pedido de dispensa, fundamentada do cumprimento integral do disposto no princípio da UTE, nos termos do n.º 3 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 03 de outubro (RJSPE).

1.r) Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas

A última auditoria operacional efetuada pelo Tribunal de Contas às empresas do Grupo Transtejo ocorreu em 2010 (Processo n.º 16/10-AUDIT), tendo sido emitido um conjunto de recomendações, que constam do Relatório de Auditoria n.º 49/2010-2ªS e que abaixo se transcrevem.

Para efeitos de acompanhamento, o Grupo deu conhecimento ao Tribunal de Contas das medidas tomadas e sua adoção, dando seguimento às recomendações recebidas. Divulgam-se apenas as ações mais relevantes, ocorridas no exercício de 2015, relativamente a cada recomendação:

Recomendação 1 - Redefina a sua oferta, sobretudo a que corre em horários com procura reduzida, buscando uma maior racionalidade entre a procura e a oferta para melhorar o desempenho operacional de todas as carreiras.

No exercício de 2015 foi dada continuidade à aplicação dos níveis de Qualidade e frequência de Serviço, anteriormente previstos nos Contratos de Prestação de Serviço Público, ainda que estes tenham terminado em 2014.

[13] Despacho n.º 506/15-SET, de 13 de abril de 2015 – Transtejo;
Despacho n.º 504/15-SET, de 13 de abril de 2015 – Soflusa

Recomendação 2 - Reveja, restringindo, a sua política de atribuição de transporte gratuito na sua rede de transporte público.

O cumprimento desta recomendação foi reforçado com regras determinadas para o Orçamento de Estado de 2013, às quais o Grupo procurou dar continuidade ao cumprimento nos exercícios de 2014 e 2015.

Recomendação 3 - Reveja os Acordos de Empresa e outras decisões do Conselho de Administração, no sentido de reduzir o pagamento de horas não trabalhadas e de eliminar benefícios, subsídios e prémios que não incrementam nem a produtividade, nem a qualidade do desempenho.

No âmbito desta recomendação, cumpre destacar:

i. A não contemplação destas alterações, na revisão dos Acordos de Empresa efetuada em 2014, por não se terem reunido condições para reconfigurar o sistema remuneratório em vigor nem reduzir o leque de subsídios;

ii. A consolidação do Sistema de Avaliação de Desempenho (SAD), tendo dado cumprimento em 2014, ao ciclo de avaliação referente ao desempenho de 2013. O SAD, que poderá vir a suportar um modelo de compensação baseado no mérito e na qualidade do desempenho, estando previsto que incorpore brevemente a componente "objetivos" nos critérios de avaliação. De referir que em 2015 não foi possível dar cumprimento ao SAD, carecendo o mesmo de ajustamentos decorrentes das alterações à estrutura organizacional;

iii. A continuidade da aplicação na Soflusa de escalas de serviço que permitam a otimização do tempo de trabalho, melhorando a afetação do Pessoal de reserva, com efeitos na redução do trabalho extraordinário;

iv. Otimização do planeamento e gozo de férias, com restrição de alterações ao plano base, com efeitos na otimização da gestão dos efetivos e redução do trabalho extraordinário.

Recomendação 4 - Avalie o custo-benefício da operacionalidade da frota, ponderando a mais-valia de descontinuar embarcações que, simultaneamente, registem acentuadas taxas de inoperacionalidade e elevadas custos manutenção.

Esta recomendação tem estado no centro das preocupações da Gestão, no sentido de promover a identificação de navios para possível abate/venda. Em 2015 foi possível concretizar a alienação de 3 embarcações (2 TT e 1 SL). Esta medida, por carecer de uma criteriosa conjugação com o planeamento da oferta do serviço público, tem vindo a ser afetada pela não concretização do projeto de renovação da frota de Cacilheiros.

Recomendação 5 - Proceda à atualização dos números da procura com base nas validações efetuadas no sistema de entrada na rede e sejam esses os números constantes nos seus documentos oficiais e de prestação de contas.

O sistema de controlo de acessos utilizado pelas empresas do Grupo tem vindo a ser aperfeiçoado, permitido com cada vez maior fiabilidade, determinar indicadores de procura com base no número efetivo de validações.

Encontrando-se reunidas condições técnicas para cumprir a recomendação, procedeu-se desde 2014 à alteração desta metodologia de apuramento dos indicadores da procura, conforme abordagem efetuada no capítulo 4.1. deste relatório.

Recomendação 6 - Garanta que na aquisição de prestação de serviços, os procedimentos adotados respeitem sempre os princípios da livre concorrência, transparência e boa gestão e que assegurem a melhor economia para os dinheiros públicos.[14]

Enquadradas pelo Código de Ética, as normas internas para aquisição de bens e prestação de serviços que constam do "Regulamento de Compras" em vigor no Grupo Transtejo, consagram os princípios da livre concorrência, transparência e boa gestão, com o objetivo de assegurar a melhor economia dos recursos financeiros. O reforço em 2015 do cumprimento deste normativo interno, garante a observância da recomendação do Tribunal de Contas.

Recomendação 7 - Em futuras situações de necessidade de aplicação de multas contratuais, não substitua esse procedimento pelo encontro de contas, quando tal aportar um custo de oportunidade que prejudique as empresas.[15]

Em futuras situações de incumprimento por parte de fornecedores de bens ou prestadores de serviços, ponderando as questões específicas de cada situação, o Grupo procurará seguir esta recomendação.

Recomendação 8 - Empenhe-se na obtenção da justa compensação pelo prejuízo económico que a Transtejo - Transportes Tejo, S.A. está a ter devido ao atraso na entrada em funcionamento dos dois navios ferries, bem como na cobrança efetiva das multas contratuais decorrentes desse atraso.

A Transtejo empenhou-se na obtenção da justa compensação para os prejuízos face ao atraso da entrada em funcionamento dos dois ferries. Em consequência, foram acionadas e concretizadas as penalidades previstas no contrato.

Posteriormente, o construtor dos ferries desencadeou a instalação de Tribunal Arbitral (TA), tendo em vista a resolução da divergência entre as partes, decorrente da legalidade da aplicação das penalidades contratuais. Por decisão deste TA, a Transtejo foi condenada a pagar ao construtor dos ferries metade do montante resultante da liquidação das penalidades contratuais.

No exercício de 2015 ambos os navios estiveram afetos ao serviço público de transporte de passageiros.

Recomendação 9 - Acautele os investimentos realizados de modo a que sejam sempre eficazes em retorno económico e/ou social, obstando, desse modo, ao desperdício de dinheiros públicos resultante de despesas improfícua.[15]

Em 2015, foi mantido o princípio de acautelar os investimentos, condicionados pela limitada capacidade de autofinanciamento, procurando que sejam eficazes, com retorno económico e social (sendo esta a vertente com

[14] Na sequência do Relatório n.º 14/2014 – 2.ª Secção – "*Auditoria de seguimento às recomendações formuladas em relatórios de auditoria a empresas do setor dos transportes públicos*", do Tribunal de Contas, de 30-07-2014, estas recomendações estão suspensas.

[15] Na sequência do Relatório n.º 14/2014 - 2.ª Secção - "*Auditoria de seguimento às recomendações formuladas em relatórios de auditoria a empresas do setor dos transportes públicos*", do Tribunal de Contas, de 30-07-2014, esta recomendação está suspensa.

maior peso nas decisões, atento o quadro de serviço público em que desenvolve a sua atividade). De referir que por questões de gestão orçamental, alguns projetos de investimento previstos para 2015 foram adiados ou suspendidos.

Recomendação 10 - Cesse a acumulação de funções incompatíveis do diretor da Direção de Segurança e Ambiente e as de diretor da Direção de Manutenção da Transtejo - Transportes Tejo S.A.

Recomendação já observada com efeitos na nomeação em 2011 de novo diretor da Direção de Manutenção do Grupo Transtejo (não aplicável no atual contexto organizacional).

Recomendação 11 - Celebre com cada um dos trabalhadores que beneficiem de viaturas para uso em serviço e pessoal um acordo escrito para que esse rendimento em espécie seja passível de Imposto Sobre o Rendimento conforme dispõe o art.º 2º, nº 3 al. 9 da Lei 109-B/2001 de 27 de dezembro.

O cumprimento desta recomendação foi observado em deliberação do Conselho de Administração sobre a matéria. Adicionalmente, foi preparado o "Regulamento de utilização de viaturas da Frota Automóvel", que se encontra em vigor. Em 2013, o Conselho de Administração aprovou a revisão deste regulamento, revogando a ordem de serviço em vigor, com indicação para integração no Manual de Organização e respetiva divulgação interna.

No âmbito do atual modelo organizacional, esta matéria encontra-se regulamentada em normativo interno aplicável à Macroestrutura de Gestão comum às várias empresas (Carris, Metro, TT e Soflusa).

1.s) Informação divulgada no SEE

Tabela 60 - Validação do cumprimento de divulgações no Site do SEE

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação S/N/N.A.	Data Atualização	Coment.
Estatutos actualizados (PDF)	S	2016	
Caracterização da Empresa	S	2014	
Função de tutela e acionista	S	2017	
Modelo Governo / Membros dos Orgãos Sociais:			
Identificação dos órgãos sociais	S	out-2014	
Estatuto remuneratório fixado	S	out-2014	
Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	out-2014	
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	out-2014	
Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	out-2014	
Esforço Financeiro Público	S	2016	
Ficha Síntese	S	2017	
Informação Financeira histórica e actual	S	2009	(*)
Princípios de Bom Governo:			
Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita	S	jun-2013	
Transações Relevantes com entidades relacionadas	S	jun-2013	
Outras transacções	S	jun-2013	
Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios:			
Económico	S	jul-2013	
Social	S	jul-2013	
Ambiental	S	jul-2013	
Avaliação do cumprimento dos Princípios de bom Governo	S	jun-2013	
Código de Ética	S	jun-2013	

* *Será devidamente atualizada após aprovação das contas referentes aos exercícios de 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015*

1.t) QUADRO RESUMO – Cumprimento das Orientações Legais

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação / Identificação	Justificação (Ref. ponto do Relatório)
	S	N	N.A.		
Objetivos de gestão / Planos de Atividade e Orçamento					
Indicadores de Acompanhamento definidos para 2015	x				9. a)
Gestão do Risco Financeiro			x	Taxa média financiamento: 1,41%	9. b)
Limites de Crescimento do Endividamento		x		Crescimento de 7,07% face a 2014	9. b)
Evolução do PMP a fornecedores	x			-15 dias relativamente a 2014	9. c)
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	x			Dívidas vencidas 2015 (> 90 dias) = 0 €	9. d)
Recomendações do acionista na aprovação de contas:					
(Última Assembleia-Geral de aprovação de contas ocorrida em 28 de outubro de 2010 - aprovação de contas do exercício de 2009)			x	Ver abordagem sobre desenvolvimentos recentes da recomendação da AG de aprovação de contas de 2009	9. e)
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 41.º da Lei nº 82-B/2014	x			Não aplicável	
Órgãos sociais - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2015	x			Total da Redução remuneratória em 2015 - 23.803€	9. f)
Auditor Externo - redução e reversões remuneratórias nos termos do art.º 75.º da Lei nº 82-B/2014			x	Não aplicável	
Restantes trabalhadores - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2015	x			Total da redução remuneratória em 2015 = 108.707 €	9. h)
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias (art.º 38.º da Lei nº 82-B/2014)	x			Não aplicável	9. h)
EGP - artigo 32.º					
Não utilização de cartões de crédito			x	Não aplicável	
Não reembolso de despesas de representação pessoal			x	Não aplicável	
Despesas não documentadas - n.º 2 do art. 16.º do DL n.º 133/2013					
Proibição de despesas não documentadas	x				9. i)
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014					
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens		x			9. j)
Contratação Pública					
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	x			Nao aplicavel	
Aplicação das Normas de contratação pública pelas participadas	x			Não aplicável	
Contratos submetidos a visto prévio do TC	x			Apenas em 2013	
Prevenção da Corrupção - n.º 1 do artigo 46.º do DL n.º 133/2013					
Elaboração e divulgação do relatório anual	x				9. l)
Auditorias doTribunal de Contas			x		
(Recomendações)	x			Follow up efetuado neste relatório	9. r)
Parque Automóvel	x				
Nº de viaturas	x			15 (-1 face a 2014)	9. n)
Gastos com viaturas	x			37.271 € (-31.155 €, -46%, face a 2014)	9. n)
Gastos Operacionais das Empresas Públicas (artigo 61.º da Lei n.º 82-B/2014)	x			Redução de 23% face a 2010	9. o)
Redução de Trabalhadores					
Nº de trabalhadores	x			-22 trabalhadores face a 2014 (-4%)	9. p)
Volume de Negócios / N.º Trabalhadores	x			+1.423€ face a 2014 (+5%)	9. o)
Nº de cargos dirigentes	x			-5 dirigentes face a 2014 (-42%)	9. p)
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 125.º da Lei 82-B/2014 e art.º 28.º do DL 133/2013)	x				
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP			x	98% de disponibilidades depositadas no IGCP dez.2015	9. q)
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado			x		9. q)

10. Notas Finais

10.1. Agradecimentos

O Conselho de Administração manifesta o seu reconhecimento pela colaboração prestada pelas entidades que supervisionam a atividade que constitui o objeto social do Grupo Transtejo, particularmente à Direção Geral dos Recursos Marítimos (DGRM), ao ex-Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos e à Capitania do Porto de Lisboa.

Agradece finalmente, a colaboração de todos os que ao longo do exercício contribuíram com o seu desempenho na prossecução do objetivo principal da Empresa, a prestação de um serviço público cada vez mais eficiente e de melhor qualidade.

10.2. Proposta de aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício, no montante negativo de -11.914.559,94 € (onze milhões, novecentos e catorze mil, quinhentos e cinquenta e nove euros e noventa e quatro cêntimos), seja integralmente transferido para a conta de Resultados Transitados.

11. Declaração de Cumprimento

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c), do nº. 1, do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, cada um dos membros do Conselho de Administração Transtejo - Transportes Tejo, SA, abaixo identificados nominalmente, subscreveu a declaração do seguinte teor:

"Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c), do nº. 1, do artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, atuando na qualidade e no âmbito das funções que se me encontram atribuídas e com base na informação que me foi disponibilizada no seio do Conselho de Administração, as demonstrações financeiras da Transtejo - Transportes Tejo, S.A. foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Transtejo - Transportes Tejo, S.A. e que o relatório de gestão relativo ao exercício social de 2015 expõe fielmente os acontecimentos importantes ocorridos naquele período e o impacto nas respetivas demonstrações financeiras, contendo igualmente uma descrição dos principais riscos e incertezas para o exercício seguinte"

Lisboa, 16 de maio de 2019

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marina João da Fonseca Lopes Ferreira, Presidente

Sara Maria Murta Ribeiro, Vogal

Luis Filipe Dias Carvalho Maia, Vogal